



Demonstrações Financeiras

Sendas Distribuidora S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findoem 31 de dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente





Sendas Distribuidora S.A.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações.....	1
Relatório da Administração	8
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	27
Demonstrações do resultado	29
Demonstrações dos resultados abrangentes	30
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	31
Demonstrações dos fluxos de caixa	32
Demonstrações do valor adicionado.....	33
Notas explicativas às demonstrações financeiras	34
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	74
Relatório do Comitê de Auditoria	75
Declaração do Diretores sobre a Demonstrações Financeiras e Relatório do Auditor Independente.....	76



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sendas Distribuidora S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sendas Distribuidora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes em decorrência do balanceamento entre as reservas legal e de lucro, bem como o impacto da destinação dos dividendos e nos dividendos a pagar e dos efeitos do desdobramento de ações

Conforme mencionado na nota explicativa 4.1, em decorrência do balanceamento entre as reservas legal e de lucro, bem como o impacto da destinação dos dividendos e nos dividendos a pagar, em cumprimento aos limites estabelecidos pelo art. 193 da Lei nº 6.404/1976, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram ajustados e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa 26, em decorrência dos efeitos do desdobramento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2021, o cálculo do lucro básico e diluído por ações foi ajustado de forma retrospectiva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme requerimentos da NBC TG 41, ou CPC 41 Resultado por ação. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Realização de créditos tributários – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS totalizaram R\$ 1.153 milhões, conforme divulgado na nota explicativa 10. A análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS foi significativa para a nossa auditoria, pois os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021; e, a elaboração dessa análise envolve julgamento por parte da administração da Companhia na determinação das projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo a consideração sobre regimes tributários especiais. Tais projeções podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela administração para a elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre esse processo anual e sobre a elaboração das projeções utilizadas pela administração; ii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a exatidão matemática dos cálculos incluídos nessa análise; iii) o envolvimento de nossos especialistas em

impostos indiretos na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas na análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários; e (iv) a revisão da adequação das respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas relacionados à recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Contingências tributárias com probabilidade de perda avaliada como possível

Conforme divulgado na nota explicativa 17.4, a Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas contingências tributárias que totalizam R\$ 2.346 milhões, para os quais nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2021, uma vez que a probabilidade de perda foi avaliada como possível com base nas informações disponíveis nessa data.

A administração da Companhia usa julgamento significativo para determinar se os argumentos técnicos utilizados pela Companhia são mais prováveis que não de obter êxito na discussão judicial de tais processos nos tribunais, considerando a complexidade do ambiente tributário no Brasil e a falta de jurisprudência sobre certos assuntos tributários. Nessa avaliação, a administração da Companhia conta com a assistência de assessores jurídicos externos.

A avaliação da administração em relação à probabilidade de perda de contingências tributárias foi significativa para a nossa auditoria pois é complexa e envolve julgamento significativo com base em interpretações da legislação tributária e regras legais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela administração, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para a identificação, monitoramento e avaliação dos processos tributários, para determinar se os argumentos técnicos utilizados pela administração são mais prováveis do que não de obter êxito nos tribunais; ii) a obtenção de cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia e utilizamos nosso conhecimento e nossa experiência sobre a aplicação da legislação tributária pelas autoridades fiscais para avaliar os julgamentos efetuados pela administração da Companhia sobre os processos tributários; iii) o envolvimento de nossos especialistas da área tributária para avaliar os argumentos técnicos apresentados pela administração e avaliamos uma amostra de opiniões ou orientações legais de assessores externos obtidos pela Companhia; e (iv) a revisão da adequação das respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os julgamentos e avaliações de probabilidade de perda sobre os processos tributários avaliados como perda possível, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as

premissas adotados para determinar a probabilidade de perda de tais processos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Conversão de lojas Extra Hiper em Assaí

Conforme divulgado na nota explicativa 1.4, em 14 de outubro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia e do Grupo Pão de Açúcar (“GPA”) aprovaram a transação para a conversão de lojas Extra Hiper operadas pelo GPA em lojas de cash & carry operadas sob a bandeira ASSAÍ.

Em 16 de dezembro de 2021, a Companhia e o GPA assinaram o “Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais e outras avenças”, regulando a cessão à Companhia, dos direitos de exploração de até 70 pontos comerciais, pelo valor total de até R\$ 3.973 milhões.

Essa transação foi significativa para a nossa auditoria, tendo em vista o risco relacionado às transações com partes relacionadas que não estejam em condições ou práticas usuais de mercado e os montantes envolvidos são relevantes em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a revisão do Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais e outras avenças; (ii) a verificação dos registros contábeis e sua consistência com os documentos apresentados; (iii) revisão do memorando técnico contábil preparado pela administração da Companhia; (iv) a avaliação da adequação da política interna estabelecida para transações com partes relacionadas pela Companhia e sua aplicação à referida transação; (v) verificação da aprovação da transação pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia e (vi) a revisão da adequação das respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Como resultado destes procedimentos identificamos um ajuste de reclassificação entre contas patrimoniais não registrado pela diretoria, face sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a adequação do tratamento contábil dado à conversão das lojas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que o registro das transações e as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados

em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras

e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos



todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Stela de Aguiar Cerqueira
Contadora CRC-1SP258643/O-4



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

4T21 e 2021

VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Terça-feira, 22 de fevereiro de 2022

10h (horário de Brasília) | 08h (NY) | 13h (Londres)

Videoconferência em português (tradução simultânea)

Videoconferência via Zoom: [clique aqui](#).

A Companhia realizará sua videoconferência via Zoom. As informações e links estarão disponíveis para acesso no nosso website e nos nossos materiais de divulgação.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022 - O Assaí Atacadista anuncia os resultados do 4º trimestre de 2021. Os números apresentados e comentados no release refletem a operação puro player cash & carry, exceto quando indicado. Todos os comentários referentes ao EBITDA ajustado estão excluindo o resultado de outras despesas e receitas operacionais dos períodos. Além disso, os resultados apresentados incluem os efeitos do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, que elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, exceto quando indicado.

OBJETIVOS ATINGIDOS NO 1º ANO DE LISTAGEM:

EXPANSÃO RECORDE, GANHOS DE MARKET SHARE, MARGEM EBITDA EM PATAMAR ELEVADO E EXPRESSIVO CRESCIMENTO DO LUCRO

2021

- **Receita bruta totalizou R\$ 45,6 bilhões, um incremento de R\$ 6,2 bilhões em relação a 2020 e R\$ 15,2 bilhões em relação a 2019;**
- **Evolução de +16,5% da receita líquida** reflete a alta performance da expansão (+12,1%) e o desempenho 'mesmas lojas' (+4,8%). No acumulado dos últimos 2 anos, o crescimento foi de +51% e das vendas 'mesmas lojas' foi de +19,5%;
- **Aumento da venda por m² e continuidade de ganhos de market share em todas as regiões do País;**
- **EBITDA Ajustado¹ atingiu R\$ 3,3 bilhões, um avanço de +23%**, acima do crescimento das vendas, e margem de 7,9%, uma expansão de +0,4 p.p. em relação a 2020. **A alta conversão de EBITDA em caixa operacional tem permitido o financiamento da expansão e o crescimento da Companhia;**
- **Lucro líquido¹ totalizou R\$ 1,6 bilhão, aumento de +61%**, com margem líquida de 3,8%, um avanço de +1,0 p.p. em comparação a 2020, superior ao incremento de vendas e EBITDA;

4T21

- **Faturamento bruto recorde de R\$ 12,6 bilhões** e avanço de +8,4% mesmo com forte base de comparação (+33,4% no 4T20);
- **Receita líquida evoluiu +8,1%**, com aceleração da expansão de +11,0% e vendas 'mesmas-lojas' de -3,1%, impactada pela forte base de comparação (+19,4% no 4T20). No acumulado dos últimos 2 anos, o crescimento foi de +44% e o avanço das vendas 'mesmas-lojas' foi de +15,7%;
- **EBITDA Ajustado alcançou R\$ 911 milhões** e margem de 7,9%, com ganho sequencial de +0,1 p.p. vs 3T21 (7,8% excluindo créditos fiscais);
- **Lucro¹ de R\$ 527 milhões, aumento de +76%** e margem de 4,6%, +1,8 p.p. superior em relação ao 4T20;

Expansão

- **Expansão recorde em 2021, com inauguração de 28 novas lojas, sendo 24 orgânicas, o maior histórico de construção para o setor de Cash and Carry, e 4 conversões de outros formatos.** A área de vendas teve um aumento de +19%, com adição de novos 153 mil m²;
- **Alta performance das 23 lojas Extra convertidas em Assaí²:** uplift médio de faturamento de cerca de 3x após conversão, com margem EBITDA Ajustada superior à média da Companhia em mais de 150 bps em 2021;
- **Forte aceleração do plano de expansão para 2022, com a abertura de cerca de 50 lojas:** 10 lojas orgânicas em obras, com previsão de abertura no 1º semestre, e a 1ª onda de conversões de Extra Hiper (cerca de 40 lojas) estarão em obras até o final do 1T22 com previsão de abertura no 2º semestre;
- Avanço do plano de expansão orgânica e conversões de lojas do Extra Hiper impulsionarão o crescimento da Companhia, atingindo **mais de 300 lojas em operação** e um faturamento de **R\$ 100 bilhões em 2024;**

Digital

- **Evolução das iniciativas digitais:** rápido crescimento das vendas via Cornershop e nova parceria firmada com Rappi, trazendo mais conveniência e comodidade aos clientes e ampliando o acesso a novos consumidores.

¹ Incluindo Créditos Fiscais, conforme descrito na seção "Créditos Fiscais" na página 6.

² Lojas Extra Hiper convertidas em Assaí até o final de 2020.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro ano do Assaí Atacadista como empresa independente e listada em Bolsa foi bem-sucedido, mesmo diante das dificuldades impostas pelos cenários econômico e sanitário em 2021. Entregamos os objetivos anunciados em expansão, ganhamos *market share* em todas as regiões do País e mantivemos a margem EBITDA em patamares elevados e consistentes.

Cumprimos o plano de expansão, com a abertura histórica de 28 novas lojas em um único ano, das quais 24 orgânicas, o que representou um recorde de construção também para o setor de *cash & carry*. Encerramos o ano com 212 unidades em operação e uma área de vendas de 964 mil m², um crescimento de 19% em relação a 2020.

A expansão foi acompanhada também pelo crescimento da nossa gente. Geramos 11 mil novos empregos em 2021 – contra 5,4 mil em 2020. Além disso, beneficiamos milhares de famílias em situação de vulnerabilidade através da doação de mais de 1,3 mil toneladas de alimentos, uma quantidade 27% superior a 2020.

Iniciativas como essa reforçam o quanto a sustentabilidade permeia todas as ações e decisões tomadas, refletindo também na diversidade do nosso time. Aumentamos em 3 p.p. a quantidade de mulheres em cargos de liderança (26% do total). Além disso, 65% dos colaboradores(as) da Companhia se autodeclararam negros(as) ou pardos(as), dos quais 45% ocupam cargos de liderança.

A adversidade do cenário econômico no último ano não impediu que seguíssemos com a nossa trajetória de crescimento também nos resultados financeiros. O sólido desempenho da expansão e a bem-sucedida estratégia comercial resultaram no faturamento anual de R\$ 45,6 bilhões, incrementando mais de R\$ 6 bilhões em relação a 2020 e mais de R\$ 15 bilhões em relação a 2019. No ano, o lucro líquido ultrapassou R\$ 1,6 bilhão, um expressivo crescimento de +61% em comparação a 2020.

O ano de 2021 foi histórico ainda pois, em outubro, anunciamos a transação que envolve a conversão de 70 lojas do Extra Hiper em Assaí. Essa operação oferece uma oportunidade única de acelerarmos nosso crescimento, ampliando e fortalecendo a presença nacional em localizações centrais e de grande adensamento.

Acreditamos que os próximos meses serão desafiadores. Mesmo assim, manteremos o plano de expansão acelerado, com a abertura de aproximadamente 50 novas lojas em 2022; continuaremos gerando empregos e renda a milhares de famílias e aumentaremos a nossa presença digital. Temos o modelo de negócio e o time certo para sairmos mais fortalecidos deste ano, estando presentes cada vez mais nas vidas dos(as) brasileiros(as).

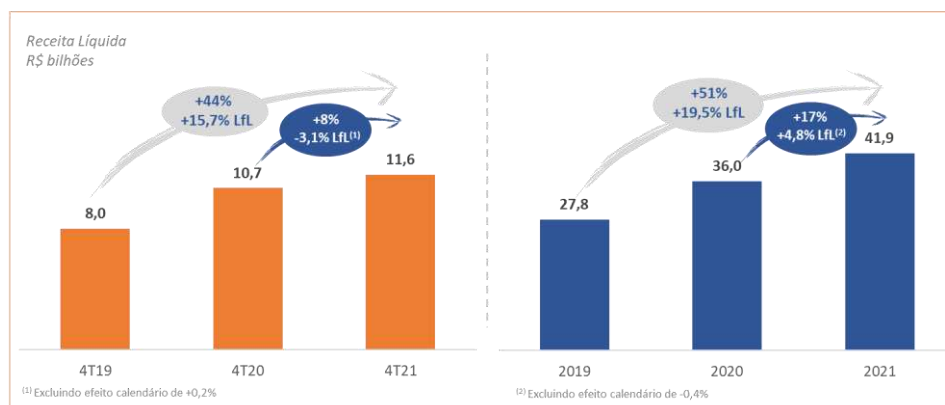
A Administração

DRE Cash & Carry incluindo créditos fiscais conforme descrito na seção “Créditos Fiscais” da página 6

(R\$ milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Líquida	11.556	10.691	8,1%	41.898	35.950	16,5%
Lucro Bruto ⁽¹⁾	1.989	1.825	9,0%	7.145	5.906	21,0%
Margem Bruta ⁽¹⁾	17,2%	17,1%	0,1 p.p.	17,1%	16,4%	0,7 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.095)	(956)	14,5%	(3.922)	(3.244)	20,9%
% da Receita Líquida	-9,5%	-8,9%	-0,6 p.p.	-9,4%	-9,0%	-0,4 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	6	-	n.d.	47	-	n.d.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(23)	(108)	-78,7%	(53)	(239)	-77,8%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾⁽³⁾	911	879	3,6%	3.319	2.696	23,1%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾⁽³⁾	7,9%	8,2%	-0,3 p.p.	7,9%	7,5%	0,4 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(287)	(198)	44,9%	(730)	(615)	18,7%
% da Receita Líquida	-2,5%	-1,9%	-0,6 p.p.	-1,7%	-1,7%	0,0 p.p.
Lucro Líquido - acionistas controladores	527	299	76,3%	1.610	1.003	60,5%
Margem Líquida - acionistas controladores	4,6%	2,8%	1,8 p.p.	3,8%	2,8%	1,0 p.p.

(1) Inclui depreciação logística (destacada na Demonstração de Resultado na página 16);
 (2) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;
 (3) Ajustado pelo Resultado de Outras Despesas e Receitas Operacionais

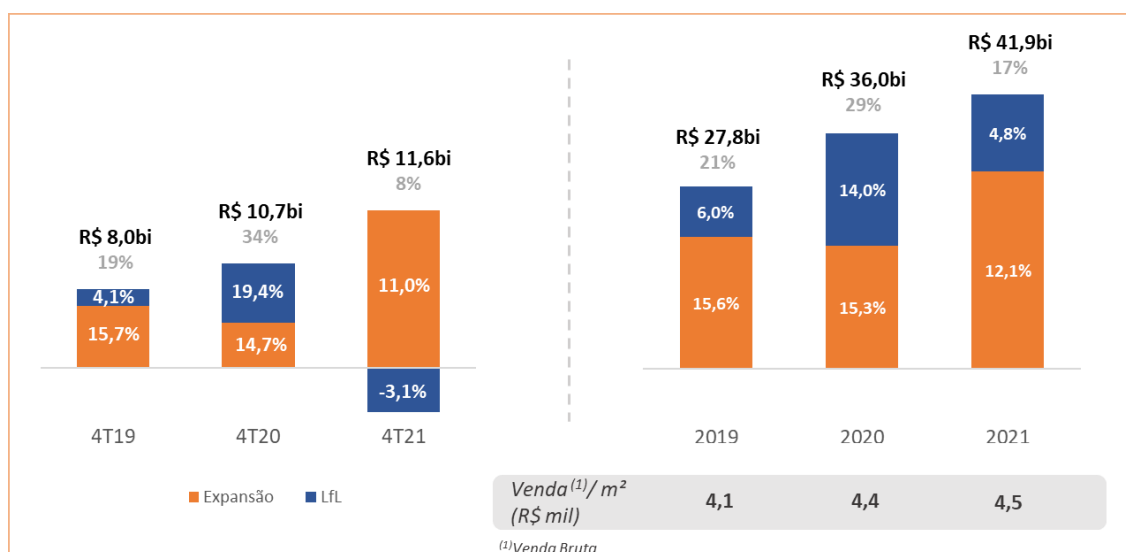
PERFORMANCE DAS VENDAS



A receita líquida atingiu patamares recordes no 4T21, totalizando R\$ 11,6 bilhões, +8,1% acima do 4T20 e +44,5% superior ao 4T19, em meio a um cenário bastante desafiador. A consistente performance das lojas abertas nos últimos 12 meses (+11,0%) e aceleração das inaugurações no trimestre, com 21 novas lojas em relação às 9 aberturas realizadas no 4T20, comprovam a alta capacidade de execução da Companhia. As vendas mesmas lojas (-3,1%) foram impactadas pela forte base de comparação (+19,4% no 4T20) e pela redução do poder de compra da população decorrente do patamar de inflação elevado nos últimos dois anos e da diminuição no auxílio emergencial em relação a 2020.

No ano, as vendas alcançaram R\$ 41,9 bilhões, um crescimento de +16,5% em relação a 2020 e +50,7% comparado a 2019. O resultado robusto é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) sólido desempenho da expansão orgânica (+12,1%), decorrente da rápida maturação das lojas abertas nos últimos 12 meses;
- (ii) avanço das vendas mesmas lojas (+4,8%), mesmo diante de uma alta base de comparação (+14,0% em 2020);
- (iii) bem-sucedida estratégia comercial, com adaptação do sortimento às necessidades e preferências de cada região bem como ao contexto macroeconômico e sanitário desafiador; e
- (iv) volta gradual do público B2B às lojas com a evolução da vacinação no segundo semestre do ano, apesar da cautela diante do avanço da pandemia no Brasil.



O desempenho das vendas de +17% no ano comprova, mais uma vez, a resiliência, a efetividade e a aderência do modelo de negócio do Assaí, cujo crescimento se manteve acima da média do segmento de *cash and carry*, que foi de 15,4% vs. 2020 de acordo com a Nielsen. O resultado alcançado se traduz na robusta performance da venda/m², a maior do setor de *cash and carry*, e nos ganhos de *market share* nas visões total e ‘mesmas-lojas’ no acumulado do ano em todas as regiões do País, com destaque para as regiões Nordeste e Sudeste, mercados altamente competitivos e em forte expansão.

Com o projeto implementado em agosto de 2021, a parceria com Cornershop by Uber segue em ritmo de crescimento acelerado. Ao final do ano, clientes de 17 estados tinham à disposição a conveniência de fazerem suas compras via aplicativo. As vendas via Cornershop apresentaram forte evolução de 178% em relação ao início do processo de *rollout*, em setembro de 2021. Avançando nas estratégias digitais, a Companhia iniciou, em 16 de fevereiro de 2022, a parceria com a Rappi, visando ampliar a conveniência dos(as) clientes em comprarem no Assaí via e-commerce. O projeto está em implementação em mais de 50 lojas em 20 cidades até o final do mês.

O Assaí encerrou o ano com 28 inaugurações, sendo 24 orgânicas, um recorde de construção para a Companhia e para o setor de *Cash and Carry*, e 4 conversões de outros formatos, totalizando 212 lojas em operação. Apenas nos últimos 30 dias do projeto de expansão 2021, entre 29 de novembro e 29 de dezembro, foram inauguradas 14 novas lojas. Ao longo do ano, 153 mil m² foram adicionados à área de vendas (+19% vs. 2020), somando 964 mil m². Fica evidente, portanto, o compromisso e a capacidade de execução da Companhia em entregar o plano de expansão, apesar dos desafios impostos pelo cenário atual.

Em 2021, 14 estados receberam novas lojas Assaí, fortalecendo ainda mais a presença nacional da marca. Todas as regiões do País receberam novas lojas, com destaque para as regiões Sudeste (12 lojas, sendo 6 no estado do Rio de Janeiro) e Nordeste (8 lojas). O ano também foi marcado pela entrada do Assaí no estado do Acre, com a abertura de uma loja na capital Rio Branco. Desta forma, a Companhia está presente em 23 estados e no Distrito Federal.

Além disso, foi inaugurada uma loja conceito na Barra da Tijuca (RJ), que, alinhada à estratégia regional de adaptação do sortimento ao público-alvo, possui um mix de produtos diferenciado, além de um padrão de construção moderno, amplo estacionamento com mais de 670 vagas, incluindo pontos de carregamento de carros elétricos e sensores indicativos de vagas livres. Essa loja, assim como outras localizadas em regiões mais premium de grandes cidades, servirá como modelo na adaptação do sortimento e implementação de serviços para algumas conversões de lojas do Extra Hiper, em especial aquelas localizadas próximas aos consumidores de classes sociais mais altas (público A/B).

Adicionalmente, dando continuidade ao processo de expansão orgânica da Companhia, uma nova loja foi inaugurada em Porto Velho (RO) no mês de fevereiro de 2022, e mais 9 lojas estão em fase de obras com previsão de abertura no 1º semestre de 2022. Para 2022, a Companhia espera uma forte aceleração da expansão, com a abertura de cerca de 50 novas lojas.



CRÉDITOS FISCAIS

No acumulado dos 9 primeiros meses do ano, com base em decisões do Supremo Tribunal Federal, a Companhia reconheceu os seguintes créditos fiscais:

- (i) R\$ 216 milhões (R\$ 175 milhões na receita líquida e R\$ 41 milhões no resultado financeiro decorrente de atualização monetária) referentes à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS; e
- (ii) R\$ 85 milhões (R\$ 81 milhões no imposto de renda e contribuição social e R\$ 4 milhões no resultado financeiro, decorrente de atualização monetária) referentes à inconstitucionalidade da tributação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

No 4T21, o Assaí ainda reconheceu créditos de R\$ 241 milhões referentes a subvenções para investimentos, que, conforme previsto em lei, são excluídas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL do valor constituído da reserva de incentivos fiscais (R\$ 709 milhões).

Desta forma, o impacto total dos créditos fiscais no lucro líquido anual foi de R\$ 470 milhões.

Os comentários referentes ao desempenho da Companhia mencionados a seguir excluem os efeitos dos créditos fiscais detalhados acima, exceto quando indicado.

RESULTADO OPERACIONAL

DRE Cash & Carry excluindo créditos fiscais conforme descrito na seção “Créditos Fiscais” da página 6

(R\$ milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Líquida - ex créditos fiscais (*)	11.556	10.691	8,1%	41.722	35.950	16,1%
Lucro Bruto ⁽¹⁾ - ex créditos fiscais (*)	1.989	1.825	9,0%	6.969	5.906	18,0%
Margem Bruta ⁽¹⁾ - ex créditos fiscais (*)	17,2%	17,1%	0,1 p.p.	16,7%	16,4%	0,3 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.095)	(956)	14,5%	(3.922)	(3.244)	20,9%
% da Receita Líquida	-9,5%	-8,9%	-0,6 p.p.	-9,4%	-9,0%	-0,4 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	6	-	n.d.	47	-	n.d.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(23)	(108)	-78,7%	(53)	(239)	-77,8%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾⁽³⁾ - ex créditos fiscais (*)	911	879	3,6%	3.143	2.696	16,6%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾⁽³⁾ - ex créditos fiscais (*)	7,9%	8,2%	-0,3 p.p.	7,5%	7,5%	0,0 p.p.

(1) Inclui depreciação logística (destacada na Demonstração de Resultado na página 16);

(2) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

(3) Ajustado pelo Resultado de Outras Despesas e Receitas Operacionais;

(*) Excluindo créditos tributários detalhados na seção "Créditos Fiscais", página 6

O lucro bruto atingiu R\$ 2,0 bilhões no 4T21, com margem de 17,2%, uma expansão de +0,1 p.p. em relação ao 4T20. No ano, o lucro bruto foi de R\$ 7,0 bilhões, uma evolução de +18,0%, superior ao crescimento das vendas, e margem de 16,7%, +0,3 p.p. em comparação a 2020. Esse resultado é reflexo da efetividade das estratégias comerciais, com rápida adaptação do sortimento para atender as necessidades de compra dos clientes em meio a um contexto desafiador, e da acelerada maturação das novas lojas.

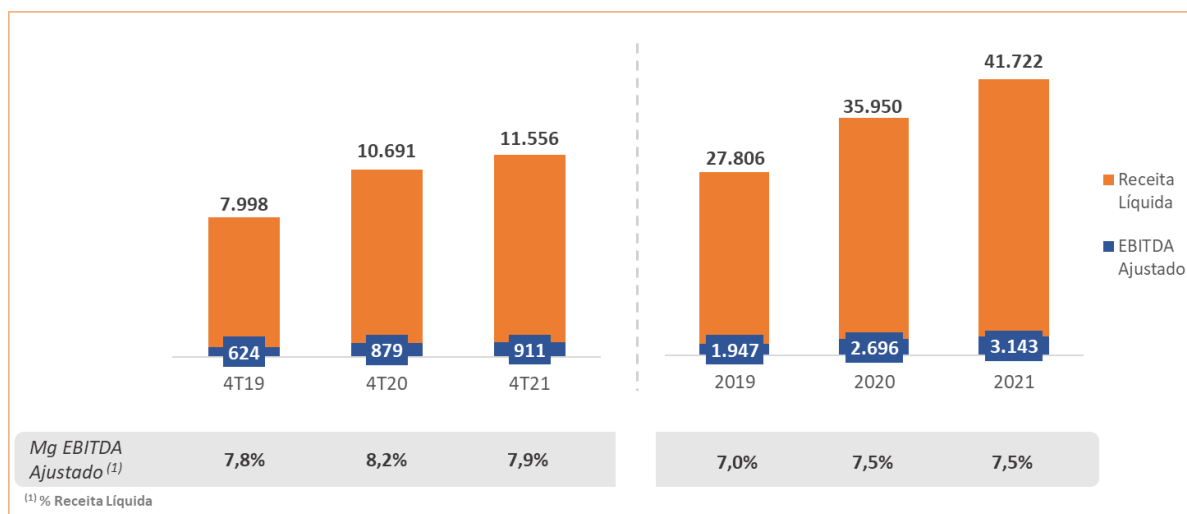
As despesas com vendas, gerais e administrativas foram equivalentes a 9,5% da receita líquida no trimestre e de 9,4% no ano, refletindo principalmente o maior número de inaugurações concentradas no final do 4T21 (28 novas lojas no ano, sendo 21 no 4T21, em comparação com 19 aberturas em 2020, das quais 9 no 4T20) e a nova estrutura administrativa da Companhia após a cisão com o GPA.

A partir de 2021, após a cisão com o GPA, a Companhia passou a reconhecer a participação de aproximadamente 18% que detém no capital da FIC (Financeira Itaú CBD) em seu resultado. Desta forma, foram reconhecidos R\$ 6 milhões no trimestre e R\$ 47 milhões no acumulado do ano referentes à equivalência patrimonial. Em 2021, o número de cartões Passaí emitidos passou de 1,76 milhão.

As outras despesas operacionais totalizaram R\$ 23 milhões no 4T21, refletindo custos relacionados ao projeto de aquisição das lojas do Extra Hiper. No ano, as outras despesas somaram R\$ 53 milhões, incluindo principalmente custos relacionados ao projeto de cisão. Esse resultado é significativamente inferior ao montante de 2020 (R\$ 239 milhões), que compreende principalmente despesas relacionadas ao write-off de ativos de lojas e custos relacionados ao projeto de cisão e listagem da Companhia.

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 911 milhões no 4T21, com margem de 7,9%, mesmo diante do número histórico de aberturas de lojas no trimestre (21 novas lojas no 4T21 vs. 9 aberturas no 4T20), altamente concentrado nos últimos dias do ano (14 lojas entre 29 de novembro e 29 de dezembro). Esse resultado representa um ganho sequencial de +0,1 p.p. quando comparado ao 3T21 (7,8% excluindo impacto de créditos fiscais), mesmo com a aceleração do ritmo de expansão e do contexto mais desafiador, com significativa pressão no consumo.

No ano, o EBITDA Ajustado ultrapassou a marca dos R\$ 3 bilhões e alcançou o patamar recorde de R\$ 3,1 bilhões, o que representa um avanço de 16,6% em comparação a 2020, e margem de 7,5%, patamar elevado e consistente, em linha com 2020. O ganho de produtividade e a estabilidade de margem EBITDA com aceleração da expansão confirmam a resiliência da operação e a capacidade do Assaí de apresentar resultados robustos mesmo diante de cenários adversos.



RESULTADO FINANCEIRO

(R\$ milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Rentabilidade de caixa e equivalentes	30	13	121,0%	87	39	123,1%
Outras receitas financeiras	3	1	252,2%	8	5	60,0%
Custo da dívida	(224)	(153)	46,6%	(543)	(474)	14,6%
Custo de antecipação de recebíveis	(21)	(6)	282,2%	(51)	(31)	64,5%
Outras despesas financeiras e variação cambial líquida	9	8	14,1%	61	65	-6,2%
Resultado Financeiro Líquido	(204)	(136)	49,5%	(438)	(396)	10,6%
% Receita Líquida	-1,8%	-1,3%	-0,5 p.p.	-1,0%	-1,1%	0,1 p.p.
Juros sobre passivo de arrendamento	(83)	(61)	35,5%	(292)	(219)	33,3%
Resultado Financeiro Líquido - Pós IFRS 16	(287)	(198)	44,9%	(730)	(615)	18,7%
% Receita Líquida - Pós IFRS 16	-2,5%	-1,9%	-0,6 p.p.	-1,7%	-1,7%	0,0 p.p.

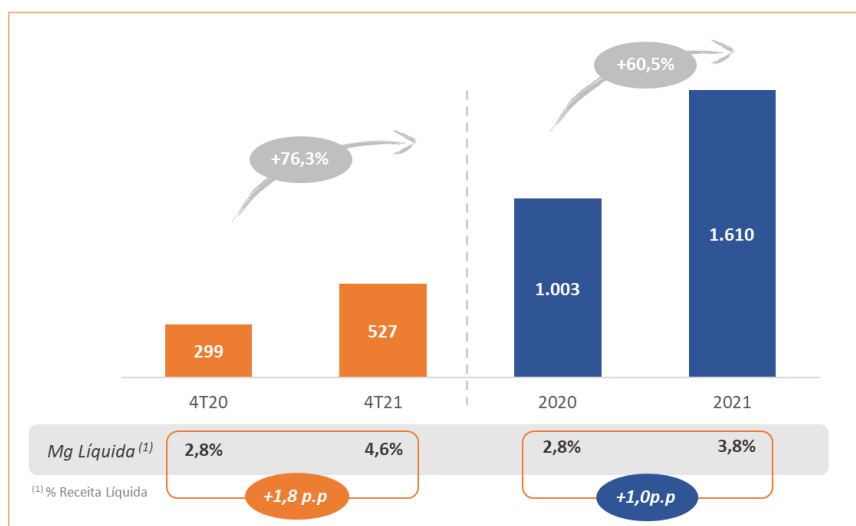
O resultado financeiro líquido trimestral pós-IFRS16 atingiu R\$ 287 milhões, correspondente a 2,5% da receita líquida. Excluindo o efeito dos juros sobre passivo de arrendamento, a despesa financeira foi de R\$ 204 milhões, representando 1,8% da receita líquida. No período, o custo da dívida foi pressionado principalmente pela elevação do CDI, que quadruplicou no período, passando de 0,47% no 4T20 para 1,85% no 4T21.

Em 2021, a despesa financeira líquida pré-IFRS16 atingiu R\$ 438 milhões, correspondente a 1,0% da receita líquida, uma melhora de 0,1 p.p. quando comparada a 2020. Excluindo os efeitos dos créditos tributários de R\$ 45 milhões, conforme descrito na seção “Créditos Fiscais” (página 6), a despesa financeira líquida corresponde a 1,2% da receita líquida, patamar similar ao de 2020.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido trimestral atingiu R\$ 527 milhões, crescimento de +76,3% no período, resultando em uma margem líquida de 4,6%, o que representa uma elevação de +1,8 p.p. No acumulado de 2021, o lucro líquido ultrapassou R\$ 1,6 bilhão, um expressivo crescimento de +60,5% em relação a 2020, resultando em uma elevação de +1,0 p.p. na margem líquida, alcançando 3,8%.

Conforme descrito na seção “Créditos Fiscais” na página 6, o lucro líquido reportado inclui créditos fiscais de R\$ 241 milhões no trimestre e de R\$ 470 milhões no ano. Desse montante, R\$ 95 milhões são créditos de subvenção para investimentos recorrentes e referentes ao exercício de 2021. Excluindo o efeito dos créditos fiscais extemporâneos, o lucro líquido cresce +23,1% no acumulado do ano, o que confirma a eficiência da gestão operacional e financeira da Companhia e reflete a continuidade de uma sólida trajetória de crescimento com rentabilidade, consistente mesmo diante de um cenário adverso, ainda impactado pela alta inflação e por um contexto macroeconômico desafiador decorrente da pandemia, que pressiona o poder de compra da população e, conseqüentemente, afeta diretamente o consumo.



DÍVIDA LÍQUIDA

(R\$ milhões)	2021	2020
Dívida de Curto Prazo	(609)	(2.063)
Empréstimos e Financiamentos	(433)	(280)
Debêntures	(180)	(1.840)
Instrumentos Financeiros- Hedge de valor justo CP	4	57
Dívida de Longo Prazo	(7.392)	(5.700)
Empréstimos e Financiamentos	(1.154)	(952)
Debêntures	(6.266)	(4.759)
Instrumentos Financeiros- Hedge de Valor Justo	28	11
Total da Dívida Bruta	(8.001)	(7.763)
Caixa e Aplicações Financeiras	2.550	3.532
Dívida Líquida	(5.451)	(4.231)
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	2.802	2.364
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	100	80
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(5.351)	(4.151)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA Ajustado⁽¹⁾	-1,91x	-1,76x

⁽¹⁾ EBITDA Pré IFRS 16 acumulado dos últimos 12 meses.

A relação dívida líquida/EBITDA ajustado alcançou -1,91x ao final de 2021, refletindo a aceleração dos investimentos em expansão que totalizaram mais de R\$ 3 bilhões no ano, o equivalente a 1,1x EBITDA Ajustado, incluindo desembolso parcial da aquisição de pontos comerciais do Extra Hiper.

No quarto trimestre, foi concluído o refinanciamento da 1ª emissão de debêntures através de captações realizadas ao longo de 2021, que permitiram à Companhia reduzir o custo da dívida em cerca de 1 ponto percentual e alongar o prazo médio da dívida de 2 anos para acima de 4 anos.

Adicionalmente, no início de 2022, a Companhia anunciou outras duas captações com o objetivo de reforçar o caixa e obter recursos para o pagamento da transação envolvendo a conversão de 70 pontos comerciais do Extra Hiper em Assaí, não impactando a dívida bruta em 2021:

- 4ª emissão de debêntures no valor de R\$ 2 bilhões em debêntures com liquidação em janeiro de 2022;
- 1ª emissão de Notas Comerciais no valor de R\$ 750 milhões com liquidação em fevereiro de 2022.

Emissão	Valor (R\$ Bilhões)	Custo Cupom	Data da Emissão
2ª emissão de debêntures	1,6	CDI+1,8%	Jun/21
Notas Promissórias	2,5	CDI+1,5%	Set/21
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	1,5	CDI+0,9%	Out/21
4ª emissão de debêntures	2,0	CDI+1,75%	Jan/22
1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais	0,75	CDI+1,70%	Fev/22

INVESTIMENTOS

(R\$ milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos	686	237	189,4%	2.107	1.028	105,0%
Reformas e Manutenções	94	66	43,2%	243	166	46,4%
Infraestrutura e Outros	34	29	15,5%	101	97	4,1%
Total Investimentos - Bruto	814	332	145,0%	2.451	1.291	89,8%
Venda de Ativos	-	(63)	-100,0%	(212)	(618)	-65,7%
Total Investimentos - Líquido	814	270	201,8%	2.239	673	232,7%
Aquisição pontos comerciais do Extra Híper	798	-	n.d.	798	-	n.d.
Total Investimentos - Líquido + M&A	1.612	270	497,6%	3.037	673	351,3%

O total dos investimentos no trimestre atingiu R\$ 1,6 bilhão, incluindo R\$ 798 milhões da aquisição de 20 pontos comerciais das lojas Extra Híper. Ao longo do 4T21, foram inauguradas 21 novas lojas, um recorde de inaugurações para um trimestre, sendo 14 lojas inauguradas em um período de 30 dias, demonstrando a forte capacidade de execução da Companhia. Foram adicionados no trimestre 117 mil m² à área de vendas.

Em 2021, o total dos investimentos líquido ultrapassou R\$ 3,0 bilhões, incluindo aquisição dos pontos comerciais de lojas do Extra Híper. Foram investidos mais de R\$ 2,1 bilhões no plano de expansão do ano, que contou com a abertura de 28 novas lojas, das quais 24 orgânicas e 4 conversões de outros formatos, totalizando 153 mil m² adicionados à área de vendas (+19% vs. 2020). Adicionalmente, dando continuidade ao processo da expansão da Companhia, 1 loja do plano de expansão orgânica de 2022 já foi inaugurada e outras 9 estão em fase de obras.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 224 milhões, que exclui a reserva de incentivos fiscais relacionada ao reconhecimento de créditos de subvenção para investimentos de R\$ 709 milhões. Ainda, durante o exercício, foi realizado o pagamento de juros sobre capital próprio (JSCP) no montante líquido de R\$ 56 milhões. Desta forma, o valor referente à parcela remanescente de dividendos é de R\$ 168 milhões, correspondente a R\$ 0,12507694 por ação ordinária, calculados conforme demonstrado abaixo.

(R\$ milhões)	2021	2020
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro	1.610	1.398
Reserva de incentivos fiscais	-709	-
Base reserva legal	901	1.398
% Reserva legal	5,0%	5,0%
Reserva legal do exercício	-5	-5
Base dividendos	896	1.393
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	224	349
JSCP Pagos - Líquido	-56	-264
Dividendos propostos a pagar	168	85

A proposta de distribuição dos dividendos do exercício de 2021 será submetida à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2022. Terão direito aos dividendos todas as ações em circulação na data-base de 28 de abril de 2022. A partir do dia 29 de abril de 2022, as ações serão negociadas "ex-dividendos". O pagamento

dos dividendos será realizado até o dia 28 de junho de 2022, 60 dias a partir da data de realização da Assembleia Geral Ordinária.

Em relação aos American Depositary Receipts (ADRs) negociados na NYSE, o referido pagamento será efetuado por meio do banco depositário JPMorgan Chase Bank. Os titulares poderão obter informações a respeito no site <https://adr.com>.

TRANSAÇÃO ENVOLVENDO CONVERSÃO DE HIPERMERCADOS

Visando acelerar o ritmo de expansão e conquistar pontos comerciais estratégicos excepcionais e com alto potencial de geração de valor, a Companhia anunciou, em 14 de outubro de 2021, a transação que envolve a conversão de 70 lojas do Extra Hiper em Assaí.

O Conselho de Administração de ambas as companhias, contando apenas com o voto dos conselheiros independentes, aprovou, em 16 de dezembro de 2021, os termos e condições do contrato definitivo, que contempla o direito de exploração de até 70 pontos comerciais, pelo montante total de R\$ 3,97 bilhões, com pagamento parcelado entre dezembro de 2021 e janeiro de 2024.

A localização privilegiada dos pontos comerciais adquiridos na transação, presentes principalmente em regiões centrais mais próximas do público transformador e de estratos sociais de renda mais elevada, com grande adensamento populacional e amplamente conhecidos pelo público consumidor final, traz perspectivas positivas, especialmente quando considerado o sucesso obtido com as conversões de Extra Hiper já realizadas em anos anteriores, que além de apresentar maturação acelerada, proporcionaram faturamento 3x superior ao obtido no formato hipermercado e margem EBITDA 150 bps acima da média das lojas Assaí na maturidade.

As conversões de 23 lojas de Extra Hiper em Assaí realizadas até 2020, apresentam uma performance elevada e confirmam o potencial das futuras conversões. O faturamento desse grupo de lojas aumentou em cerca de 3x vezes após conversão para Assaí, se comparado ao modelo de hipermercado. Em 2021, essas lojas convertidas apresentaram margem EBITDA Ajustada superior à média da Companhia em mais de 150bps.

A transação oferece uma oportunidade única de acelerar o crescimento do Assaí, ampliando e fortalecendo a presença nacional. A Companhia tem como objetivo alcançar um faturamento de R\$ 100 bilhões em 2024, por meio da maturação das 70 lojas que serão convertidas e do contínuo plano de expansão orgânica, com a abertura de cerca de 50 lojas entre 2022 e 2024.

A transferência de lojas do Extra Hiper para o Assaí avança em linha com o cronograma estabelecido na transação. A Companhia estima que cerca de 40 lojas estarão em obras até o final do 1T22, com previsão de abertura no 2º semestre de 2022. As demais lojas deverão ser entregues até o final do primeiro trimestre de 2023.

ESTRATÉGIA ESG

A Sustentabilidade é um compromisso do Assaí e, por isso, a Companhia atua continuamente como um agente transformador, aperfeiçoando e inovando o jeito de fazer negócio, buscando contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais responsável e inclusiva. Destacam-se três principais frentes:

- **Combate às mudanças climáticas:** Continuidade do plano de redução em 30% das emissões de carbono até 2025, com redução de 8,2% em 2021 em relação a 2020, mesmo diante da expansão histórica do ano. O resultado é fruto de ações como a modernização dos sistemas de refrigeração e da continuidade do processo de migração de lojas para o mercado livre de energia, disponível em 194 lojas. Atualmente, o consumo de energia da Companhia proveniente de fontes renováveis é de 92%, e inclui a implantação da mais recente usina solar na loja de Rio Verde (GO) em dezembro de 2021, totalizando sete unidades de usinas solares em operação.

- **Valorização da Nossa Gente:** Em linha com os esforços para fortalecer a agenda de Diversidade e Inclusão, a Companhia encerrou o ano com 65% de colaboradores(as) autodeclarados(as) negros(as) ou pardos(as) na força total de trabalho e 45% em cargos de liderança, 4 p.p. superior a 2020. Mulheres em cargos de liderança representam 26%, uma evolução de 3 p.p. Os(as) colaboradores(as) com deficiência somam 5,4% da força de trabalho, acima do percentual exigido pela legislação. Adicionalmente, o Assaí formalizou a adesão à Coalização Empresarial de Combate à Violência contra Mulher e à Rede Empresarial de Inclusão Social (REIS), lançou o Manual Anti-racista e ampliou treinamentos de diversidade, atingindo mais de 47 mil colaboradores.

- **Engajamento da Sociedade:** Doação de mais de 1,3 mil toneladas de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade, 27% superior a 2020, ano em que as ações sociais foram intensificadas devido ao cenário crítico de pandemia, e arrecadação de 700 toneladas de alimentos em campanhas com os(as) clientes, beneficiando aproximadamente 70 mil famílias. Destaque ainda para a emissão de mais de 9 mil certificados (4x superior a 2020) em capacitações on-line gratuitas pela Academia Assaí Bons Negócios, programa voltado aos(às) micro e pequenos(as) empreendedores(as). Adicionalmente, com o objetivo de ampliar as oportunidades de desenvolvimento das pessoas e das comunidades, a Companhia estruturou seu novo braço social, o Instituto Assaí.

SOBRE A SENDAS S.A.

O Assaí atua no mercado desde 1974 e, desde março de 2021, é o único puro *player* de *cash & carry* listado na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), com o *ticker* ASAI3. É negociada também na bolsa de Nova York (NYSE), com o *ticker* ASAI. Ao final de 2021, o Assaí estava presente nas cinco regiões do País com 212 lojas distribuídas em 23 estados e o Distrito Federal, representando uma área de vendas de mais de 964 mil m². É um dos dez maiores empregadores do Brasil, com mais de 60 mil colaboradores(as) e, mensalmente, recebe 30 milhões de clientes em suas lojas. O Assaí está entre as 20 marcas mais valiosas do país em *ranking* anual promovido pela Interbrand e está na 19ª colocação entre os maiores faturamentos em receitas líquidas do país.

CONTATOS RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Gabrielle Helú

Diretora de Relações com Investidores

Ana Carolina Silva

Beatris Atilio

Daniel Magalhães

E-mail: ri.assai@assai.com.br

Website: www.ri.assai.com.br

ANEXOS

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

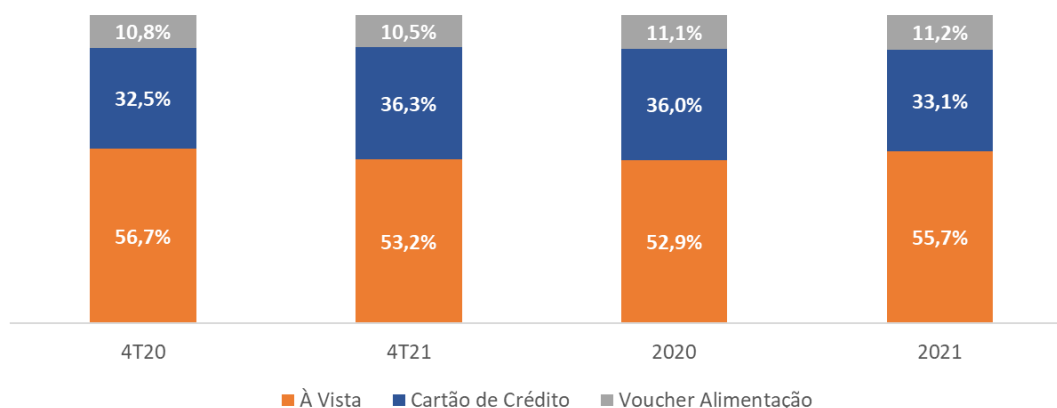
I – Parque de lojas e área de vendas

Número de Lojas	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Sudeste	88	89	91	93	93	93	97	101	101	102	103	113
Nordeste	34	35	37	42	43	44	46	49	49	49	51	57
Centro-Oeste	14	14	14	16	16	17	17	18	18	20	20	21
Norte	5	6	7	10	10	10	11	11	11	11	12	14
Sul	4	4	4	5	5	5	5	5	5	5	5	7
Total	145	148	153	166	167	169	176	184	184	187	191	212
Área de Vendas (mil m²)	599	617	643	713	714	724	761	809	810⁽¹⁾	824	847	964

⁽¹⁾ Ajuste da mensuração da área de vendas

II – Composição das vendas

% da Receita Bruta



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os quadros a seguir refletem os valores apresentados nas demonstrações financeiras trimestrais e anuais de Sendas Distribuidora e das operações exploradas sob a marca Assaí (*Cash & Carry*), ou seja, a forma que a Companhia passou a operar após a cisão com GPA, a partir de 2021. Os valores abaixo não excluem nenhum ajuste ou outros elementos não recorrentes.

III – Demonstração de Resultado (*Cash & Carry*)

	Cash & Carry			Cash & Carry		
	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
R\$ - Milhões						
Receita Bruta	12.649	11.667	8,4%	45.585	39.369	15,8%
Receita Líquida	11.556	10.691	8,1%	41.898	35.950	16,5%
Custo das Mercadorias Vendidas	(9.556)	(8.856)	7,9%	(34.704)	(30.010)	15,6%
Depreciação (Logística)	(11)	(10)	8,7%	(49)	(34)	43,0%
Lucro Bruto	1.989	1.825	9,0%	7.145	5.906	21,0%
Despesas com Vendas	(963)	(826)	16,6%	(3.334)	(2.803)	18,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(132)	(130)	1,5%	(588)	(441)	33,3%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.095)	(956)	14,5%	(3.922)	(3.244)	20,9%
Resultado da Equiv. Patrimonial	6	-	n.d.	47	-	n.d.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(23)	(108)	-78,7%	(53)	(239)	-77,8%
Depreciação e Amortização	(177)	(133)	33,1%	(638)	(493)	29,4%
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	700	628	11,5%	2.579	1.930	33,6%
Receitas Financeiras	48	25	92,0%	188	169	11,2%
Despesas Financeiras	(335)	(223)	50,2%	(918)	(784)	17,1%
Resultado Financeiro Líquido	(287)	(198)	44,9%	(730)	(615)	18,7%
Lucro Operacional Antes I.R.	413	430	-4,0%	1.849	1.315	40,6%
Imposto de Renda	114	(131)	-187,0%	(239)	(312)	-23,4%
Lucro dos Acionistas Controladores - Total	527	299	76,3%	1.610	1.003	60,5%
EBITDA - Lucro oper. antes da depr., result. financeiro e impostos	888	771	15,2%	3.266	2.457	32,9%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	911	879	3,6%	3.319	2.696	23,1%

	Cash & Carry		Cash & Carry	
	4T21	4T20	2021	2020
% da Receita Líquida				
Lucro Bruto	17,2%	17,1%	17,1%	16,4%
Despesas com Vendas	-8,3%	-7,7%	-8,0%	-7,8%
Despesas Gerais e Administrativas	-1,1%	-1,2%	-1,4%	-1,2%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	-9,5%	-8,9%	-9,4%	-9,0%
Resultado da Equiv. Patrimonial	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-0,2%	-1,0%	-0,1%	-0,7%
Depreciação e Amortização	-1,5%	-1,2%	-1,5%	-1,4%
EBIT	6,1%	5,9%	6,2%	5,4%
Resultado Financeiro Líquido	-2,5%	-1,9%	-1,7%	-1,7%
Lucro Operacional Antes I.R.	3,6%	4,0%	4,4%	3,7%
Imposto de Renda	1,0%	-1,2%	-0,6%	-0,9%
Lucro dos Acionistas Controladores - Total	4,6%	2,8%	3,8%	2,8%
EBITDA	7,7%	7,2%	7,8%	6,8%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	7,9%	8,2%	7,9%	7,5%

⁽¹⁾ Ajustado pelo Resultado de Outras Despesas e Receitas Operacionais

IV – Demonstração de Resultado (Sendas Distribuidora)

	Sendas Distribuidora			Sendas Distribuidora		
	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
R\$ - Milhões						
Receita Bruta	12.649	11.689	8,2%	45.585	39.463	15,5%
Receita Líquida	11.556	10.713	7,9%	41.898	36.043	16,2%
Custo das Mercadorias Vendidas	(9.556)	(8.878)	7,6%	(34.704)	(30.095)	15,3%
Depreciação (Logística)	(11)	(10)	8,7%	(49)	(34)	43,0%
Lucro Bruto	1.989	1.825	9,0%	7.145	5.914	20,8%
Despesas com Vendas	(963)	(827)	16,4%	(3.334)	(2.811)	18,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(132)	(130)	1,5%	(588)	(435)	35,2%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.095)	(957)	14,4%	(3.922)	(3.246)	20,8%
Resultado da Equiv. Patrimonial	6	183	-96,7%	47	209	-77,5%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(23)	60	-138,3%	(53)	(97)	-45,4%
Depreciação e Amortização	(177)	(136)	30,1%	(638)	(503)	26,8%
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	700	975	-28,2%	2.579	2.277	13,3%
Receitas Financeiras	48	196	-75,5%	188	343	-45,2%
Despesas Financeiras	(335)	(223)	50,2%	(918)	(786)	16,8%
Resultado Financeiro Líquido	(287)	(27)	963,0%	(730)	(443)	64,8%
Lucro Operacional Antes I.R.	413	948	-56,4%	1.849	1.834	0,8%
Imposto de Renda	114	(262)	-143,5%	(239)	(436)	-45,2%
Lucro dos Acionistas Controladores - Total	527	686	-23,2%	1.610	1.398	15,2%
EBITDA - Lucro oper. antes da depr.,result. financeiro e impostos	888	1.121	-20,8%	3.266	2.814	16,0%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	911	878	3,7%	3.319	2.702	22,8%

	Sendas Distribuidora		Sendas Distribuidora	
	4T21	4T20	2021	2020
% da Receita Líquida				
Lucro Bruto	17,2%	17,0%	17,1%	16,4%
Despesas com Vendas	-8,3%	-7,7%	-8,0%	-7,8%
Despesas Gerais e Administrativas	-1,1%	-1,2%	-1,4%	-1,2%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	-9,5%	-8,9%	-9,4%	-9,0%
Resultado da Equiv. Patrimonial	0,1%	1,7%	0,1%	0,6%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-0,2%	0,6%	-0,1%	-0,3%
Depreciação e Amortização	-1,5%	-1,3%	-1,5%	-1,4%
EBIT	6,1%	9,1%	6,2%	6,3%
Resultado Financeiro Líquido	-2,5%	-0,3%	-1,7%	-1,2%
Lucro Operacional Antes I.R.	3,6%	8,8%	4,4%	5,1%
Imposto de Renda	1,0%	-2,4%	-0,6%	-1,2%
Lucro dos Acionistas Controladores - Total	4,6%	6,4%	3,8%	3,9%
EBITDA	7,7%	10,5%	7,8%	7,8%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	7,9%	8,2%	7,9%	7,5%

⁽¹⁾ Ajustado pelos Resultados da Equiv Patrimonial e Outras Despesas e Receitas Operacionais

V – Balanço Patrimonial

ATIVO (R\$ milhões)	Sendas Distribuidora	
	31.12.2021	31.12.2020
Ativo Circulante	8.772	8.349
Caixas e equivalentes de caixa	2.550	3.532
Contas a receber	265	182
Estoques	4.380	3.739
Impostos a recuperar	876	768
Instrumentos financeiros derivativos	4	57
Ativos mantidos para Venda	550	-
Dividendos a receber	16	-
Outras contas a receber	59	34
Outros ativos circulantes	72	37
Ativo Não Circulante	14.082	10.472
Realizável a Longo Prazo	14.082	10.472
Imposto de renda e contribuição social diferidos	45	-
Impostos a recuperar	770	866
Instrumentos financeiros derivativos	28	11
Partes relacionadas	114	178
Depósitos judiciais	119	134
Outros ativos não circulantes	10	1
Investimentos	789	769
Imobilizado	10.320	7.476
Intangível	1.887	1.037
TOTAL DO ATIVO	22.854	18.821

PASSIVO (R\$ milhões)	Sendas Distribuidora	
	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante	8.644	8.786
Fornecedores	5.942	5.058
Empréstimos e financiamentos	433	280
Debêntures e notas promissórias	180	1.840
Salário e encargos sociais	425	371
Passivo de arrendamento	244	172
Partes relacionadas	368	41
Demais impostos a recolher	158	104
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	424
Receitas antecipadas	356	227
Dividendos pagar	168	85
Outros passivos circulantes	370	184
Passivo Não Circulante	11.444	8.688
Empréstimos e financiamentos	1.154	952
Debêntures e notas promissórias	6.266	4.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	82
Provisão para demandas judiciais	205	282
Passivo de arrendamento	3.807	2.604
Receitas antecipadas	-	1
Outros passivos não circulantes	12	8
Patrimônio Líquido	2.766	1.347
Capital social	788	761
Reserva de capital	18	4
Reservas de lucros	1.961	582
Outros resultados abrangentes	(1)	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.854	18.821

VI – Fluxo de Caixa

(R\$ milhões)	Cash & Carry		Sendas Distribuidora	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício	1.610	1.003	1.610	1.398
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(127)	(239)	(127)	(268)
(Ganho) perda na alienação do imobilizado e arrendamento	(12)	42	(12)	42
Depreciações e amortizações	687	527	687	537
Juros e variações monetárias	911	660	911	491
Resultado de equivalência patrimonial	(47)	-	(47)	(209)
(Reversão) provisão para demandas judiciais	(48)	44	(48)	38
Provisão de opção de compra de ações	14	5	14	5
Provisão para obsolescência e quebras	302	283	302	283
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	2	-	2	-
	3.292	2.325	3.292	2.317
Variações nos ativos operacionais				
Contas a receber	(85)	(67)	(85)	(66)
Estoques	(943)	(1.258)	(943)	(1.257)
Impostos a recuperar	(12)	(224)	(12)	(8)
Dividendos recebidos	11	1.357	11	1.399
Outros ativos	(69)	88	(69)	86
Partes relacionadas	391	266	391	(64)
Depósitos judiciais	15	16	15	(11)
	(692)	178	(692)	79
Variações nos passivos operacionais				
Fornecedores	884	797	884	791
Salários e encargos sociais	54	92	54	92
Impostos e contribuições a recolher	4	246	4	526
Outros passivos	25	82	25	(15)
Demandas judiciais	(49)	(8)	(49)	(8)
Receita antecipada	128	(170)	128	(170)
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(374)	-	(374)	(67)
	672	1.039	672	1.149
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.272	3.542	3.272	3.545
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.231)	(1.280)	(2.231)	(1.281)
Aquisição de bens do ativo intangível	(854)	(25)	(854)	(25)
Aquisição de bens mantidos para venda	(403)	-	(403)	-
Venda de bens do imobilizado	212	610	212	610
Caixa líquido de reorganização societária	-	-	-	(14)
	(3.276)	(695)	(3.276)	(710)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital em espécie	27	650	27	650
Captação de empréstimos	6.090	594	6.090	594
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(6.479)	(1.786)	(6.479)	(1.786)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(148)	(310)	(148)	(310)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(468)	(326)	(468)	(327)
	(978)	(1.178)	(978)	(1.179)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.532	1.863	3.532	1.876
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.550	3.532	2.550	3.532
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(982)	1.669	(982)	1.656

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhões de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.550	3.532
Contas a receber	8	265	182
Estoques	9	4.380	3.739
Impostos a recuperar	10	876	768
Instrumentos financeiros derivativos	16.12	4	57
Dividendos a receber	12	16	-
Outras contas a receber		59	34
Outros ativos circulantes		72	37
		8.222	8.349
Ativos mantidos para venda	28	550	-
Total do ativo circulante		8.772	8.349
Não circulante			
Impostos a recuperar	10	770	866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.2	45	-
Instrumentos financeiros derivativos	16.12	28	11
Partes relacionadas	11	114	178
Depósitos judiciais	17.7	119	134
Outros ativos não circulantes		10	1
		1.086	1.190
Investimentos	12	789	769
Imobilizado	13.2	10.320	7.476
Intangível	14	1.887	1.037
		12.996	9.282
Total do ativo não circulante		14.082	10.472
TOTAL DO ATIVO		22.854	18.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhões de reais)



PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			Reapresentado
Fornecedores	15	5.942	5.058
Empréstimos e financiamentos	16.12	433	280
Debêntures e notas promissórias	16.12	180	1.840
Salários e encargos sociais		425	371
Passivo de arrendamento	18.3	244	172
Partes relacionadas	11	368	41
Demais impostos a recolher		158	104
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	424
Receitas antecipadas	19	356	227
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.2	168	85
Outros passivos circulantes		370	184
Total do passivo circulante		8.644	8.786
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16.12	1.154	952
Debêntures e notas promissórias	16.12	6.266	4.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.2	-	82
Provisão para demandas judiciais	17	205	282
Passivo de arrendamento	18.3	3.807	2.604
Receitas antecipadas	19	-	1
Outros passivos não circulantes		12	8
Total do passivo não circulante		11.444	8.688
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	788	761
Reserva de capital		18	4
Reservas de lucros		1.961	582
Outros resultados abrangentes		(1)	-
Total do patrimônio líquido		2.766	1.347
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.854	18.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)



	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	22	41.898	36.043
Custo das mercadorias vendidas	23	(34.753)	(30.129)
Lucro bruto		7.145	5.914
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	(3.334)	(2.811)
Despesas gerais e administrativas	23	(588)	(435)
Depreciações e amortizações		(638)	(503)
Resultado de equivalência patrimonial	12	47	209
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(53)	(97)
		(4.566)	(3.637)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		2.579	2.277
Receitas financeiras	25	188	343
Despesas financeiras	25	(918)	(786)
Resultado financeiro líquido		(730)	(443)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.849	1.834
Imposto de renda e contribuição social	20.1	(239)	(436)
Lucro líquido do exercício		1.610	1.398
Lucro básico por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R\$)			
Ordinárias	26	1,19802	1,04328
Lucro diluído por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R\$)			
Ordinárias	26	1,18852	1,04328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhões de reais)



	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	1.610	1.398
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Valor justo de perda de crédito esperada	(1)	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	(233)
Resultado abrangente do exercício	1.609	1.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhões de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	4.421	18	177	-	2.320	-	162	7.098
Outros resultados abrangentes								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.398	-	1.398
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-	-	-	-	-	(233)	(233)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	1.398	(233)	1.165
Aumento de capital com imóveis	369	-	-	-	-	-	-	369
Aumento de capital em espécie	650	-	-	-	-	-	-	650
Capitalização de créditos - Cisão	140	-	-	-	-	-	-	140
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.945	1.945
Aumento de capital - Bellamar	769	-	-	-	-	-	-	769
Aumento de capital - Ativos e passivos indenizatórios	127	-	-	-	-	-	-	127
Reorganização societária	(5.715)	(19)	(30)	-	(2.866)	-	(1.874)	(10.504)
Opções de ações outorgadas	-	5	-	-	-	-	-	5
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(310)	-	(310)
Dividendos (nota nº 21.2)	-	-	-	-	-	(85)	-	(85)
Transações com não controladores	-	-	-	-	(22)	-	-	(22)
Reserva legal (nota nº 21.3)	-	-	5	-	-	(5)	-	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	998	(998)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	761	4	152	-	430	-	-	1.347
Outros resultados abrangentes								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.610	-	1.610
Valor justo de perda de crédito esperada	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	1.610	(1)	1.609
Aumento de capital em espécie (nota nº 21.1)	27	-	-	-	-	-	-	27
Opções de ações outorgadas	-	14	-	-	-	-	-	14
Juros sobre capital próprio (nota nº 21.2)	-	-	-	-	-	(63)	-	(63)
Dividendos (nota nº 21.2)	-	-	-	-	-	(168)	-	(168)
Reserva de incentivos fiscais (nota nº 21.4)	-	-	-	709	(430)	(279)	-	-
Reserva legal (nota nº 21.3)	-	-	5	-	-	(5)	-	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	1.095	(1.095)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	788	18	157	709	1.095	-	(1)	2.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhões de reais)



	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.610	1.398
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(127)	(268)
(Ganho) perda na alienação do imobilizado e de arrendamento	(12)	42
Depreciações e amortizações	687	537
Juros e variações monetárias	911	491
Resultado de equivalência patrimonial	(47)	(209)
(Reversão) provisão para demandas judiciais	(48)	38
Provisão de opção de compra de ações	14	5
Provisão para obsolescência e quebras	302	283
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	2	-
	3.292	2.317
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(85)	(66)
Estoques	(943)	(1.257)
Impostos a recuperar	(12)	(8)
Depósitos judiciais	15	(11)
Outros ativos	(69)	86
Fornecedores	884	791
Salários e encargos sociais	54	92
Partes relacionadas	391	(64)
Demandas judiciais	(49)	(8)
Impostos e contribuições a recolher	4	526
Receita antecipada	128	(170)
Dividendos recebidos	11	1.399
Outros passivos	25	(15)
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(374)	(67)
	(20)	1.228
	3.272	3.545
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.231)	(1.281)
Aquisição de bens do ativo intangível	(854)	(25)
Aquisição de bens mantidos para venda	(403)	-
Venda de bens do imobilizado	212	610
Caixa líquido de reorganização societária	-	(14)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.276)	(710)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital em espécie	27	650
Captação de empréstimos	6.090	594
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(6.479)	(1.786)
Dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos	(148)	(310)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(468)	(327)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(978)	(1.179)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(982)	1.656
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.532	1.876
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.550	3.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhões de reais)



	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado
Receitas		
Vendas de mercadorias	45.585	39.457
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2)	-
Outras receitas, líquidas	159	495
	<u>45.742</u>	<u>39.952</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias vendidas	(38.017)	(32.470)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.222)	(2.135)
	<u>(40.239)</u>	<u>(34.605)</u>
Valor adicionado bruto	<u>5.503</u>	<u>5.347</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	(687)	(537)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>4.816</u>	<u>4.810</u>
Recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	47	209
Receitas financeiras	198	343
	<u>245</u>	<u>552</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>5.061</u>	<u>5.362</u>
Pessoal	<u>2.189</u>	<u>1.917</u>
Remuneração direta	1.463	1.227
Benefícios	518	481
FGTS	115	95
Outros	93	114
Impostos, taxas e contribuições	<u>333</u>	<u>1.245</u>
Federais	193	610
Estaduais	86	580
Municipais	54	55
Financiadores externos	<u>929</u>	<u>802</u>
Juros	923	786
Aluguéis	6	16
Remuneração de capitais próprios	<u>1.610</u>	<u>1.398</u>
Juros sobre capital próprio e dividendos	231	395
Lucros retidos	1.379	1.003
Valor adicionado total distribuído	<u>5.061</u>	<u>5.362</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Sendas") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "ASAI3", e na bolsa de *New York Stock Exchange* (NYSE), com o *ticker* "ASAI". A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de sua rede de lojas, representada pela bandeira "ASSAI". Possui sede no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 6.000, Lote 2 - Anexo A, Jacarepaguá/RJ. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia operava 212 lojas e 14 Centros de Distribuição, estando presente nas cinco regiões do país, atuando em 23 estados e no Distrito Federal.

Com o processo de reorganização societária ocorrido em 31 de dezembro de 2020, vide nota nº 1.2, a Companhia deixou de ser uma subsidiária integral do Grupo Pão de Açúcar ("GPA") e passou a ser uma controlada direta da Wilkes Participações S.A. ("Wilkes"). Em 31 de dezembro de 2020, o Êxito foi cindido para o GPA, vide nota nº 1.2.

1.1 Listagem Sendas no Novo Mercado da B3 e NYSE

A Companhia, através do Fato Relevante de 19 de fevereiro de 2021, comunicou ao mercado que em 10 de fevereiro de 2021 foi deferido o pedido de listagem e da admissão à negociação das ações de emissão da Companhia no Novo Mercado da B3 e em 12 de fevereiro de 2021, foi deferido o pedido de listagem dos *American Depositary Securities* ("ADS") de emissão da Companhia na NYSE.

Os detentores de ações ordinárias de emissão do GPA, após o encerramento do pregão de 26 de fevereiro de 2021 ("Data Corte"), receberam ações de emissão de Sendas, na proporção de suas respectivas participações no capital social do GPA.

As ações e os ADSs de emissão da Companhia passaram a ser negociados na B3 e NYSE a partir de 1º de março de 2021.

1.2 Reorganização societária

Em 12 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia e do GPA aprovaram a proposta de Reorganização Societária ("Cisão"), visando realizar a segregação da unidade de *cash and carry* explorada sob a marca "ASSAI" pela Companhia, das demais atividades de varejo tradicional do GPA, tendo sido divulgado ao mercado em 14 de dezembro de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia e do GPA aprovaram a proposta de reorganização societária, que compreende:

i) Cisão da Companhia: cisão parcial de Sendas com a incorporação do acervo cindido pelo GPA, cujo valor contábil líquido apurado pela empresa avaliadora independente foi de R\$9.179, composto por 90,93% da totalidade das ações de Êxito detidas pela Companhia, correspondente a 393.010.656 ações e equivalente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissão de Êxito ("Participação Êxito") e por 6 (seis) postos de gasolina detidos por Sendas ("Ativos Operacionais"), no valor de R\$25; e

ii) Cisão do GPA: cisão parcial do GPA, visando segregar a totalidade da participação acionária que o GPA detinha na Companhia, cujo valor contábil líquido apurado pela empresa avaliadora independente, foi de R\$1.216, com a entrega das ações de emissão da Sendas de propriedade do GPA diretamente aos acionistas do GPA, na razão de uma ação de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão do GPA.

No processo de cisão entre Sendas e GPA, foi realizada uma permuta de ativos, que transferiu para o GPA 9,07% da totalidade das ações do Êxito detidas pela Companhia, correspondente a 39.246.012 ações e equivalente a, aproximadamente, 8,77% da totalidade das ações de emissão de Êxito, mediante o recebimento dos seguintes ativos de propriedade do GPA, que passaram a ser explorados pela Companhia:

i) 50% das ações representativas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações Ltda. ("Bellamar"), sociedade que detém 35,76% do capital social da Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC"), que totalizam o valor de R\$769, vide nota nº 12.1, e imóveis, que totalizam o valor de R\$146;

ii) Aumento de capital na Companhia no montante de R\$685, sendo por: a) R\$500 em dinheiro; b) R\$140 mediante a capitalização de valores a pagar ao GPA; c) R\$45 mediante o acervo líquido contábil de ativos de lojas para futura exploração da Companhia; e

iii) R\$168 referente a contingências, e depósitos judiciais relacionados, e que a Companhia e o GPA acordaram que serão responsáveis após a cisão. Esses efeitos indenizatórios foram registrados em Partes relacionadas, vide nota nº 11.

Conforme fato relevante divulgado em 19 de novembro de 2020, a Companhia obteve dos seus credores, todas as autorizações necessárias a fim de permitir a segregação da sua unidade de *cash & carry* por meio da referida cisão, na mesma data também foi aprovada a repactuação de determinadas taxas de remuneração e a liberação do GPA como garantidor das emissões das debêntures e notas promissórias da Companhia. O valor total da dívida renegociada foi de R\$6.644, representando 85% da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2020. Em contrapartida da repactuação das taxas de remuneração, a Companhia obteve um "waiver" dos *covenants* financeiros para o período de 31 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2023 e, devido a essa renegociação, foi reconhecido no resultado financeiro o montante de R\$71, que foi registrado na rubrica custo da dívida.

1.3 Sale and Leaseback

Em 19 de julho de 2021, a Companhia celebrou o “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento Imobiliário, Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície, Sob Condições Suspensivas e Outras Avenças” com fundo de investimento administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela TRX Gestora de Recursos Ltda. O Instrumento tem por objeto a venda, o desenvolvimento e a locação de 5 imóveis da Companhia localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rondônia.

A operação contemplou a venda de cinco imóveis, sobre os quais serão realizadas obras de construção e desenvolvimento imobiliário. O valor total de venda a ser recebido pela Companhia é de R\$364, sendo que o valor de venda e de custeio das obras de construção dos imóveis servirão de base para a definição do valor final dos aluguéis mensais dos imóveis. O valor total transferido desses ativos para a rubrica de “Ativos mantidos para venda” foi de R\$349, vide nota nº 13.2.

A Companhia concluiu a venda de três desses imóveis durante 2021 no valor de R\$209, sendo recebido parcialmente o valor de R\$192, e o saldo remanescente de R\$17 será liquidado conforme acordado em confissão de dívida, mediante medição das obras em andamento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos ativos mantidos para venda referente aos dois imóveis restantes é de R\$147, vide nota nº 28. Em relação aos dois imóveis, foi recebido o valor de R\$68, porém como não foram cumpridas todas as condições suspensivas para a efetivação da venda, esse valor foi registrado como receita antecipada, vide nota nº 19.

1.4 Conversão de lojas Extra Hiper em Assaí

Em 14 de outubro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia e do GPA aprovaram a transação para a conversão de lojas Extra Hiper, operadas pelo GPA, em lojas de *cash & carry*, operadas sob a bandeira ASSAÍ (“Transação”).

Em 16 de dezembro de 2021, a Companhia e o GPA assinaram o “Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais e outras avenças” (“Contrato”), regulando a cessão ao ASSAÍ, dos direitos de exploração de até 70 pontos comerciais localizados em diversas unidades federativas do Brasil, sendo 17 imóveis próprios do GPA e 53 imóveis de terceiros, pelo valor total de até R\$3.973, a ser pago pela Companhia, de forma parcelada entre dezembro de 2021 a janeiro de 2024, reajustadas pelo CDI + 1,2% a.a., podendo também envolver a aquisição pela Companhia de alguns equipamentos existentes nas lojas.

O fechamento da operação prevista no Contrato está sujeito ao cumprimento de determinadas condições prévias, incluindo, mas não se limitando, à obtenção de consentimento prévio de proprietários dos imóveis e desmobilização das lojas pelo GPA, com data limite para cessão de todos os pontos comerciais à Companhia em até 31 de março de 2022, sendo que essa operação não está sujeita à aprovação das autoridades concorrenciais.

Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia e o GPA, firmaram a compra e venda de 20 pontos comerciais (6 imóveis próprios do GPA e 14 imóveis de terceiros) e ativos imobilizados (terrenos e edifícios) dos 6 imóveis próprios do GPA no valor de R\$1.201, localizados nos Estados de Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e no Distrito Federal, os quais tiveram superadas as condições prévias, vide notas nº 11 e 14. Na mesma data, a Companhia efetuou o pagamento no valor de R\$1.000 ao GPA referente a essas aquisições. Os ativos imobilizados adquiridos dos 6 imóveis próprios do GPA estão registrados na rubrica “Ativos mantidos para venda”, no valor de R\$403, vide nota nº 28.

Em paralelo a Transação, o GPA e a Companhia alienarão os 17 imóveis próprios (11 imóveis próprios do GPA e 6 imóveis adquiridos pela Companhia) com preço de venda de até R\$1.200, a determinado fundo imobiliário (“Fundo”) com a interveniência e garantia da Companhia, a alienação deverá ser concretizada até 30 de novembro de 2022 e a Companhia se compromete a celebrar um ou mais compromissos de compra e venda, referente aos imóveis que não tiverem sido adquiridos pelo Fundo.

A Companhia incorreu em despesas com honorários advocatícios, avaliação dos imóveis e *due diligence*, referentes a operação, sendo essas despesas registradas em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado, vide nota nº 24.

1.5 Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

Desde dezembro de 2019, enfrentamos a pandemia COVID-19. Desde então, a Companhia vem monitorando os impactos nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela administração, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise formado pela Alta Administração, que toma decisões de prevenção e contenção da pandemia em linha com o recomendado pelo Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais.

A Companhia tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar a transmissão do vírus nas lojas, centros de distribuição e escritórios, como: higienização frequente, distribuição de itens de segurança/proteção aos colaboradores, flexibilização das jornadas, adoção de teletrabalho, entre outras.

Desde o início do surto do COVID-19 nossas lojas permaneceram abertas, uma vez que não sofremos as restrições impostas pelo governo por fechamento, ou *lockdown*, por sermos considerados serviço essencial. A Companhia tem importante compromisso com a sociedade de continuar levando os produtos para os nossos consumidores. Não tivemos problemas no fornecimento das indústrias que continuaram a abastecer nossos centros de distribuição e lojas.

Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020 e em 29 de janeiro de 2021 emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 01/2021, orientando as Companhias Abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, a Companhia efetuou uma análise completa nas demonstrações financeiras, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. Os principais temas avaliados foram:

- A Companhia revisitou seus orçamentos, utilizados para a estimativa do cálculo de recuperação de ativos de lojas e ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021, e não foram observados decréscimos relevantes nas receitas, e demais linhas da demonstração do resultado, que evidenciem situações de perda dos valores recuperáveis de tais ativos. Em virtude da incerteza quanto ao final da pandemia e suas consequências macroeconômicas, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável para alguns de seus ativos e, conseqüentemente, revisitou o teste de recuperação de ativos, vide nota nº 13.1.

O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela Alta Administração para os próximos três anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2021. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,40% em 31 de dezembro de 2021 (9,80% em 31 de dezembro de 2020), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,60% em 31 de dezembro de 2021 (4,62% em 31 de dezembro de 2020). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

- Avaliamos a realização dos saldos de contas a receber de operadoras de cartão de crédito, de clientes, de galerias em nossas lojas, de aluguéis de imóveis e entendemos que não há neste momento necessidade de registro de provisões para perdas adicionais aquelas já registradas;
- Quanto aos estoques não prevemos necessidade de ajuste para realização;
- Instrumentos financeiros já refletem as premissas de mercado em sua valorização, e não há exposições adicionais não divulgadas nestas demonstrações financeiras. A Companhia não está exposta em financiamentos significativos em dólares americanos;
- A Companhia não prevê, até o momento, necessidades adicionais de obtenção de financiamento; e
- Por fim, os custos necessários para adaptação das nossas lojas para atendimento ao público não foram significativos, vide nota nº 24.

Em resumo, de acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, incluindo a variante Ômicron, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações financeiras da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças ou registros de provisões, além daquelas já divulgadas. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as devidas divulgações.

1.6 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19 (vide nota nº 1.5). Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (i) determinados instrumentos financeiros; e (ii) ativos e passivos oriundos de combinações de negócios mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o Real – R\$.

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2022.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

3.1 Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.2 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Não há ativos e passivos relevantes de longo prazo sujeitos ao ajuste a valor presente. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados ao valor presente.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes", líquidos por entidade legal, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

3.3 Aquisições e combinações de negócios

As transações sob controle comum não têm previsão expressa no IFRS, onde as transações com finalidade meramente de reorganização societária, sem essência econômica, são tratadas a custo pela Companhia e seus efeitos registrados no patrimônio líquido. As transações efetuadas com substância econômica, são tratadas a valor de mercado seguindo o CPC 15 (R1) / IFRS 3.

3.4 Investimentos em controladas em conjunto (*Joint Ventures*)

Operações em conjunto ou *Joint Venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadoras em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

A controlada em conjunto está sendo contabilizada no método da equivalência patrimonial.

3.5 Subvenções governamentais

As Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

3.6 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia, vide nota nº 21.2.

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa, pagamentos de juros

As demonstrações dos pagamentos de juros sobre as operações de empréstimos realizadas pela Companhia estão sendo divulgados nas atividades de financiamento em conjunto com os pagamentos dos empréstimos relacionados, em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.8 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4 REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 Reapresentação das reservas de lucros e dividendos propostos

Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 22 de fevereiro de 2021, a reserva legal foi constituída no montante de R\$217, ficando superior ao limite de 20% do capital social da Companhia conforme estabelecido pelo art. 193 da Lei nº 6.404/1976. O quadro abaixo demonstra os impactos dos ajustes para a adequada constituição da reserva legal e dividendos propostos e a reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia, vide notas nº 21.2 e 21.3.

	31/12/2020		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo circulante			
Dividendos a pagar	22	63	85
Total do passivo circulante	8.723	63	8.786
Patrimônio líquido			
Reserva legal	217	(65)	152
Retenção de lucros	428	2	430
Total patrimônio líquido	1.410	(63)	1.347

5 ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC E NORMAS PUBLICADAS VIGENTES A PARTIR DE 2021

5.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2021, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição
Alterações no CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS7 e CPC 48 / IFRS9: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de <i>hedge</i> ou do instrumento de <i>hedge</i> .
Revisão CPC 06 (R2) / IFRS16	Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido para arrendatário em contrato de arrendamento é uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia não faz uso desse expediente prático.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente os CPCs e IFRSs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em/após
Alterações do CPC 26 (R1) e IAS 1: - Classificação de passivos como circulante e não circulante - Divulgação de políticas contábeis	- Especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. - As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais.	01/01/2023
Alterações do CPC 23 (R1) e IAS 8: Definição de estimativas contábeis	Introduzir a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e <i>inputs</i> para desenvolver as estimativas contábeis.	01/01/2023

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável – *impairment*, notas nºs 8.3, 13.1, 14.1 e 14.2.
- Estoques: constituição de provisões por estimativas de perda, nota nº 9.
- Impostos a recuperar: expectativa de realização dos créditos tributários, nota nº 10.
- Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros: mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nota nº 16.10.
- Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade, nota nº 17.
- Arrendamento mercantil: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental, nota nº 18.
- Imposto de renda: constituição de provisões com base em estimativas razoáveis, nota nº 20.
- Pagamentos com base em ações: estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação, nota nº 21.5.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias - Brasil	74	64
Caixa e contas bancárias - Exterior (*)	25	29
Aplicações financeiras - Brasil (**)	2.451	3.439
	2.550	3.532

(*) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem recursos mantidos no exterior, sendo, R\$25 em dólares norte-americanos (R\$24 em dólares norte-americanos e R\$5 em pesos colombianos em 31 de dezembro de 2020).

(**) Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras, correspondem às operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados pela média ponderada de 109,64% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (96,96% do CDI em 31 de dezembro de 2020) e resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias, contados da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

8 CONTAS A RECEBER

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

Para todas as carteiras há a consideração das perdas estimadas, que são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança do consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar estimativas para perdas com contas a receber por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, aplicando o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

A estimativa para perdas esperadas de contas a receber mensuradas ao custo amortizado é apresentada como redutor do seu saldo contábil.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento. A cada data de balanço patrimonial, a Companhia avalia se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Proveniente de vendas com:			
Administradoras de cartões de crédito	8.1	75	62
Administradoras de cartões de crédito - partes relacionadas	11.1	24	17
Tickets de vendas e boletos	8.2	118	77
Contas a receber de partes relacionadas	11.1	31	10
Contas a receber de fornecedores/ boletos		23	20
		<u>271</u>	<u>186</u>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	8.3	(6)	(4)
		<u>265</u>	<u>182</u>

Abaixo apresentamos a composição das contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos	
			Até 30 dias	> 90 dias
31/12/2021	271	269	1	1
31/12/2020	186	181	2	3

8.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, antecipa o recebimento dos valores a vencer junto às administradoras, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada e realiza a baixa do saldo de contas a receber.

8.2 Tickets de vendas e boletos

Refere-se a valores provenientes de transações via meio de recebimentos: (i) tickets e vale-refeição R\$56 (R\$36 em 31 de dezembro de 2020); e (ii) boletos R\$62 (R\$41 em 31 de dezembro de 2020).

8.3 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	(4)	(5)
Adições	(15)	(4)
Reversões	13	5
No fim do exercício	<u>(6)</u>	<u>(4)</u>

9 ESTOQUES

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, ainda não realizadas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lojas		3.955	3.416
Centrais de distribuição		878	818
Acordos comerciais	9.1	(416)	(444)
Perdas com estoques	9.2	(37)	(51)
		<u>4.380</u>	<u>3.739</u>

9.1 Acordos comerciais

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$416 (R\$444 em 31 de dezembro de 2020).

9.2 Perdas com estoques

	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	(51)	(41)
Adições	(315)	(303)
Reversões	13	20
Baixas	316	273
No final do exercício	<u>(37)</u>	<u>(51)</u>

10 IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o crédito de ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, aspectos operacionais e projeções de geração de débitos para consumo desses créditos pela Companhia.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	10.1	1.153	1.311
PIS/COFINS	10.2	370	141
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	10.3	54	36
Impostos retidos a recuperar	10.4	61	144
Outros		8	2
Total		1.646	1.634
Circulante		876	768
Não circulante		770	866

10.1 Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada em cada Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo, gera uma antecipação do imposto e conseqüentemente um ressarcimento em determinadas operações.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia. A Companhia tem realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de conseqüente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ano	Valor
Em 1 ano	402
De 1 a 2 anos	263
De 2 a 3 anos	277
De 3 a 4 anos	84
De 4 a 5 anos	32
Após 5 anos	95
Total	1.153

10.2 Crédito de PIS e COFINS

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo das contribuições, no caso se deveria ser apenas o ICMS pago ou se todo o ICMS, conforme destacado nas respectivas notas fiscais. O STF proferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo.

O STF resolveu modular os efeitos da decisão, para os contribuintes que distribuíram as ações antes de 15 de março de 2017 ou com processos administrativos em andamento antes também dessa mesma data, teriam direito a aproveitar o período passado. Como a decisão foi proferida em processo com repercussão geral reconhecida, o entendimento firmado é de observância obrigatória por todos os juízes e tribunais. A Companhia informa que tinha ação judicial ingressada em 31 de outubro de 2013, tendo obtido decisão favorável e trânsito em julgado em 16 de julho de 2021, permitindo desta forma o reconhecimento do crédito do período abrangido na ação judicial.

Em 2021, já com o trânsito em julgado, a Companhia processou o cálculo de acordo com as regras definidas pelo STF, e registrou definitivamente seu direito no montante de R\$216 (sendo R\$175 na receita líquida e R\$41 no resultado financeiro decorrente de atualização monetária), contemplando o período abrangido pela ação judicial de 2008 até 2016. Referidos créditos assim que habilitados pela Receita Federal podem ser monetizados, a Companhia estima a realização até dezembro de 2022.

Atualmente a Companhia, com o julgamento favorável da Suprema Corte, vem reconhecendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com base nas mesmas premissas acima mencionadas.

10.3 Incidência de contribuições previdenciárias

Em 28 de agosto de 2020, o STF, em repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvimento dos temas que envolvem a inconstitucionalidade nas contribuições previdenciárias, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não impactam a expectativa de realização de créditos de INSS no valor de R\$11 em 31 de dezembro de 2021 (R\$11 em 31 de dezembro de 2020).

10.4 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 27 de setembro de 2021, o STF reconheceu, em sede de repercussão geral (RE 1.063.187) Tema 962, a inconstitucionalidade do oferecimento à tributação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

Baseado nessa decisão proferida por unanimidade da Suprema Corte em 2021, a Companhia analisou o período judicializado abrangente de 2013 a 2021, realizando o levantamento de atualizações monetárias que foram oferecidas à tributação adicionando a base de cálculo da época. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o montante de R\$85, sendo: i) R\$53 decorrente de crédito a ser utilizado, assim que houver o trânsito em julgado da ação individual da Companhia; ii) R\$28 decorrente da reversão do imposto de renda e contribuição social diferido passivo; e iii) R\$4 de atualização monetária no resultado financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)



11 PARTES RELACIONADAS

11.1 Saldos e transações com partes relacionadas

	Saldos do Ativo				Saldos do Passivo				Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladores										
Wilkes Participações S.A. (i)	-	-	-	-	-	-	2	-	(6)	-
Euris (ii)	-	-	-	-	-	-	1	-	(1)	-
Casino Guichard Perrachon (iii)	13	10	-	-	-	-	-	-	(35)	-
	13	10	-	-	-	-	3	-	(42)	-
Outras partes relacionadas										
GPA (iv)	18	-	100	168	8	-	365	41	(137)	(183)
Compre Bem	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	3
Greenyellow (v)	-	-	-	-	-	-	-	-	(26)	-
Joint Venture										
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") (vi)	24	17	14	10	14	11	-	-	15	(7)
	42	17	114	178	22	11	365	41	(149)	(187)
Total	55	27	114	178	22	11	368	41	(191)	(187)

ATACADISTA

As transações com partes relacionadas estão representadas por operações realizadas segundo os preços, termos e condições acordados entre as partes, e são mensuradas substancialmente a valores de mercado, sendo as principais:

- (i) Wilkes Participações S.A.: reembolso de despesas com pessoal, aluguel de equipamentos e manutenção.
- (ii) Euris: reembolso de despesa conforme contratos firmados *cost sharing* (despesas com pessoal, expatriados, manutenção, *marketing* e aluguel).
- (iii) Casino: (a) *Agency Agreement*: celebrado entre o GPA, a Companhia e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para regular a prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de ganho reduzidas em virtude de promoções realizadas pela Companhia em suas lojas; (b) *Agency Agreement*: celebrado entre o GPA, Sendas Distribuidora S.A. e Casino International S.A. em 20 de dezembro de 2004, conforme aditado, para representação da Companhia na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais.

(iv) GPA: (i) Acordo de separação: celebrado entre a Companhia e o GPA em 14 de dezembro de 2020, em que as companhias se comprometem a indenizar uma a outra por eventos que possam surgir em decorrência da reorganização societária, vide nota nº 1.2; e (ii) Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais: celebrado entre a Companhia e o GPA em 16 de dezembro de 2021 para a aquisição dos pontos comerciais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem a pagar o montante de R\$201 referente a aquisição dos 20 pontos comerciais, vide nota nº 1.4.

(v) Greenyellow: celebração de contratos com a Companhia para regular os termos da locação e manutenção de equipamentos de sistemas fotovoltaicos pela Greenyellow em lojas Assaí e contratos com a Companhia para a compra de energia comercializada em mercado livre.

(vi) FIC: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (i) serviços de correspondente bancário no Brasil; (ii) acordo de indenização em que FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma à outra por contingências de suas responsabilidades; e (iii) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

11.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração dos administradores que foram registradas no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram as seguintes (valores expressos em milhares de reais):

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Conselho de administração	25.533	-	-	-	7.111	-	32.644	-
Diretoria	20.241	12.963	14.485	7.027	7.632	4.877	42.358	24.867
Conselho fiscal	331	-	-	-	-	-	331	-
	46.105	12.963	14.485	7.027	14.743	4.877	75.333	24.867

O plano de opção de compra de ações se relaciona aos executivos da Companhia que possuem ações de Sendas e GPA e esses planos vem sendo tratados no resultado da Companhia. As despesas correspondentes são alocadas à Companhia e registradas no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital - opções de compra no patrimônio líquido. Não há outros benefícios de curto ou de longo prazo concedidos aos membros da administração da Companhia.

12 INVESTIMENTOS

A seguir são apresentados os detalhes do investimento da Companhia no encerramento do exercício:

Tipo de investimento	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %	
			31/12/2021	31/12/2020
Joint Venture	Bellamar Empreendimento e Participações S.A.	Brasil	50,00	50,00

Composição e movimentação dos investimentos

	Bellamar
Saldo em 31/12/2020	769
Equivalência patrimonial	47
Dividendos recebidos	(11)
Dividendos a receber	(16)
Saldo em 31/12/2021	789

12.1 Aquisição de participação em Bellamar

Em 31 de dezembro de 2020 em Assembleia Geral Extraordinária aprovado pelos acionistas da Companhia, a Companhia recebeu do GPA através de permuta de ativos a participação de 50% em Bellamar, sociedade que detém 35,76% do capital social da FIC. Com essa operação a Companhia passa a deter de forma indireta participação de 17,88% na FIC.

A transação de aquisição de participação em Bellamar foi avaliada como a aquisição de um controle em conjunto (*Joint Venture*), CPC 19 (R2) / IFRS 11 - Negócios em Conjunto.

Por ser aquisição de uma *Joint Venture* avaliada pelo método de equivalência patrimonial, os ativos identificados e passivos assumidos estão registrados dentro da linha de Investimento.

Contexto da operação

A FIC tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentadas, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no país. As operações da FIC são conduzidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

De acordo com o processo da reorganização societária envolvendo a Companhia, vide nota nº 1.2, foi elaborado o estudo para a avaliação do valor justo dos ativos intangíveis e alocação indicativa do preço de aquisição (PPA) referente a aquisição de participação minoritária de 17,88% das ações da FIC, através da Bellamar, pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2020.

Determinação da contraprestação transferida pela aquisição

A Companhia transferiu para o GPA 9,07% da totalidade das ações de Êxito, correspondente a 39.246.012 ações.

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos

A Administração contratou uma empresa independente para determinação do valor das ações da FIC, avaliadas num espaço de R\$4,63 a R\$4,86 por ação.

Para determinação do valor das ações no processo de cisão foi adotado o valor de R\$4,74, dessa forma o valor de mercado da FIC em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$4.301, o que representa o valor justo do investimento de Bellamar em FIC no montante de R\$1.538.

No processo de permuta, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu 50% das ações da Bellamar pelo valor justo de R\$769.

Composição do preço de aquisição

No primeiro semestre de 2021, a Companhia concluiu a alocação do valor de aquisição correspondentes aos 17,88% de participação na FIC no montante de R\$769. Na tabela abaixo, estão sendo apresentados os ativos e passivos identificáveis da FIC.

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da FIC em 31 de dezembro de 2020 (data de aquisição), estão apresentados abaixo:

Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	29
Títulos e valores mobiliários	22
Operações de créditos	6.213
Outros créditos	98
Outros valores a receber	3
Outros créditos, não circulante	265
Imobilizados e intangíveis	3.127
Investimentos	47
	9.804
Passivos	
Depósitos	(790)
Relações interfinanceiras	(2.457)
Outras obrigações	(2.256)
	(5.503)
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	4.301
Participação da Companhia	17,88%
Preço de aquisição	769
Participação da Companhia	(211)
Ajuste a valor justo - Ativos intangíveis	(388)
Parcela não alocada	170

12.2 Negócio em conjunto (*Joint Venture*)

O investimento da Companhia na Bellamar está reconhecido como um negócio em conjunto (*Joint Venture*) e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *Joint Venture* de acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*) é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição.

As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia determinará, em cada data de fechamento anual do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *Joint Venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Caso se constate, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a análise para verificar se o investimento em sua *Joint Venture* poderia não ser recuperável, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

13 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Taxa média de depreciação anual em %
Edifícios	2,78
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	4,28
Máquinas e equipamentos	12,05
Instalações	6,94
Móveis e utensílios	11,36

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2021 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data de entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

13.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("*WACC*") que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis incluindo ágio são apresentados na nota nº 14.1.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

13.1.1 Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (35%), representativo de transações entre empresas de atacado. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja, sendo em média 6,60% (5,62% em 2020) para os próximos cinco anos e taxa de desconto de 10,40% (9,80% em 2020) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)



13.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciações	Transferências e outros (i)	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	481	207	-	(2)	-	(116)	570
Edifícios	609	258	-	(4)	(15)	(192)	656
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	2.598	1.161	-	(1)	(182)	20	3.596
Máquinas e equipamentos	635	307	-	(1)	(128)	15	828
Instalações	269	118	-	(1)	(25)	1	362
Móveis e utensílios	340	110	-	(2)	(53)	21	416
Imobilizações em andamento	78	266	-	-	-	(109)	235
Outros	37	6	-	-	(14)	8	37
Subtotal	5.047	2.433	-	(11)	(417)	(352)	6.700
Arrendamento – Direito de uso:							
Edifícios	2.423	885	628	(92)	(244)	4	3.604
Equipamentos	6	16	-	-	(5)	(1)	16
Subtotal	2.429	901	628	(92)	(249)	3	3.620
Total	7.476	3.334	628	(103)	(666)	(349)	10.320

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciações	Reorganização societária	Transferências e outros (ii)	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	450	62	-	(32)	-	146	(145)	481
Edifícios	846	72	-	(80)	(13)	-	(216)	609
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	1.849	689	-	(62)	(144)	(4)	270	2.598
Máquinas e equipamentos	548	208	-	(9)	(106)	(1)	(5)	635
Instalações	265	51	-	(6)	(21)	-	(20)	269
Móveis e utensílios	290	71	-	(2)	(43)	-	24	340
Imobilizações em andamento	37	118	-	(5)	-	-	(72)	78
Outros	35	7	-	-	(13)	(2)	10	37
Subtotal	4.320	1.278	-	(196)	(340)	139	(154)	5.047
Arrendamento – Direito de uso:								
Edifícios	1.700	708	276	(86)	(174)	(3)	2	2.423
Equipamentos	5	3	-	-	(2)	-	-	6
Subtotal	1.705	711	276	(86)	(176)	(3)	2	2.429
Total	6.025	1.989	276	(282)	(516)	136	(152)	7.476

(i) No exercício de 2021, estão apresentadas transferências de ativos imobilizados para "Ativos mantidos para venda", no valor de R\$349, vide nota nº 1.3.

(ii) No exercício de 2020, estão sendo apresentadas: (a) a integralização de capital por meio de imóveis do GPA no montante de R\$223; (b) transferências de ativos imobilizados para "mantidos para venda" no valor de R\$380.

13.3 Composição do imobilizado

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	570	-	570	481	-	481
Edifícios	767	(111)	656	704	(95)	609
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	4.387	(791)	3.596	3.203	(605)	2.598
Máquinas e equipamentos	1.373	(545)	828	1.061	(426)	635
Instalações	472	(110)	362	354	(85)	269
Móveis e utensílios	635	(219)	416	513	(173)	340
Imobilizações em andamento	235	-	235	78	-	78
Outros	115	(78)	37	101	(64)	37
	8.554	(1.854)	6.700	6.495	(1.448)	5.047
Arrendamento mercantil financeiro						
Edifícios	4.566	(962)	3.604	3.205	(782)	2.423
Equipamentos	61	(45)	16	47	(41)	6
	4.627	(1.007)	3.620	3.252	(823)	2.429
Total imobilizado	13.181	(2.861)	10.320	9.747	(2.271)	7.476

13.4 Capitalização de juros dos empréstimos

O valor dos custos de empréstimos capitalizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$38 (R\$12 em 31 de dezembro de 2020). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 117,70% (150,67% em 31 de dezembro de 2020) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

13.5 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Adições	3.334	1.989
Arrendamentos	(901)	(711)
Juros capitalizados	(38)	(12)
Financiamento de imobilizado - Adições	(2.284)	(1.184)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos	2.120	1.199
Total	2.231	1.281

As adições efetuadas pela Companhia referem-se a compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas e centros de distribuição, modernização das centrais de distribuição, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições dos exercícios, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

13.6 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$49 (R\$34 em 31 de dezembro de 2020), referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

14 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *ágio*, *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno e fundo de comércio (direito de uso das lojas).

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa média de amortização é de 13,22% ao ano, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortiza- ções	Baixa	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2021
Ágio	618	-	-	-	-	618
Softwares	70	21	(14)	(1)	(1)	75
Fundo de comércio (i)	310	833	(7)	-	-	1.136
Marcas	39	-	-	-	-	39
Subtotal	1.037	854	(21)	(1)	(1)	1.868
Arrendamento – Direito de uso:						
Bens e direitos	-	18	-	-	1	19
Subtotal	-	18	-	-	1	19
Total	1.037	872	(21)	(1)	-	1.887

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortiza- ções	Saldo em 31/12/2020
Ágio	618	-	-	618
Softwares	64	19	(13)	70
Fundo de comércio	312	6	(8)	310
Marcas	39	-	-	39
Total	1.033	25	(21)	1.037

(i) No exercício de 2021, na coluna Adições, estão apresentados os valores de aquisição dos 20 pontos comerciais das lojas Extra Hiper, no valor de R\$798, vide nota nº 1.4.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	871	(253)	618	1.741	(1.123)	618
Softwares	133	(58)	75	126	(56)	70
Fundo de comércio	1.160	(24)	1.136	327	(17)	310
Marcas	39	-	39	39	-	39
	2.203	(335)	1.868	2.233	(1.196)	1.037
Arrendamento – Direito de uso:						
Bens e direitos	28	(9)	19	-	-	-
Total do intangível	2.231	(344)	1.887	2.233	(1.196)	1.037

14.1 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação (*impairment test*) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº 13.1.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia revisou o plano utilizado para avaliação do *impairment* para as suas operações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela alta Administração para os próximos três anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2021. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,40% em 31 de dezembro de 2021 (9,80% em 31 de dezembro de 2020), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,60% em 31 de dezembro de 2021 (4,57% em 31 de dezembro de 2020). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

14.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio são testados seguindo as premissas descrito na nota nº 13.1.1.

14.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Adições	872	25
Arrendamentos	(18)	-
Total	854	25

15 FORNECEDORES

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de produtos	15.1	6.422	5.450
Fornecedores de serviços		74	85
Fornecedores de serviços - Partes relacionadas	11.1	22	11
Acordos comerciais	15.2	(576)	(488)
Total		5.942	5.058

15.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, com a finalidade de estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco em troca do recebimento antecipado do título.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

15.2 Acordos comerciais

Incluem acordos comerciais e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") – ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

- **Ativos financeiros mensurados a VJR:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros ao VJORA:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR ou passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

16.2 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

16.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

16.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. (B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão) e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

16.5 Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos são registrados como *hedge* de fluxo de caixa, adotando os seguintes procedimentos:

- A parte eficaz do ganho, ou perda, do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar “reequilibrar” o índice de *hedge* para atender os critérios de qualificação.
- Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de *hedge*) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.
- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de *hedge* ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de *hedge* somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

16.6 Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, aluguéis a receber e é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de *rating* quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

• **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

• **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

• **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável:** Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".

• **Contas a receber e ativos contratuais:** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- *Status* de inadimplência risco de *default* e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Partes relacionadas - Ativo	11.1	114	178
Contas a receber e outras contas a receber		169	117
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.550	3.532
Instrumentos Financeiros - <i>Hedge</i> de valor justo - "Ponta ativa"	16.12.1	32	68
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e <i>tickets</i> de vendas		155	99
Passivos financeiros			
Outros passivos financeiros - custo amortizado			
Partes relacionadas - Passivo	11.1	(368)	(41)
Fornecedores	15	(5.942)	(5.058)
Financiamento por compra de ativos		(197)	(34)
Empréstimos e financiamentos	16.12.1	(1.210)	(897)
Debêntures	16.13	(6.446)	(6.599)
Passivo de arrendamento	18.2	(4.051)	(2.776)
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	16.12.1	(341)	(335)
Instrumentos financeiros - <i>Hedge</i> de valor justo - "Ponta passiva"	16.12.1	(36)	-
Exposição líquida		(15.571)	(11.746)

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela acima se aproximam do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgado na nota nº 16.10.

16.7 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

16.7.1 Risco de crédito

• Caixa e equivalentes de caixa

A fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

• Contas a receber

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas a prazo serem realizadas por meio de cartões de crédito. Esses recebíveis podem ser antecipados a qualquer momento, sem direito de regresso, junto aos bancos ou administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro, gerando o desconhecimento das contas a receber. Além disso, as adquirentes utilizadas pela Companhia são ligadas a instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança.

Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

16.7.2 Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

16.7.3 Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

16.7.4 Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.033)	(7.831)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	2.550	3.532
(-) Instrumentos financeiros derivativos	32	68
Dívida líquida	(5.451)	(4.231)
Patrimônio líquido	2.766	1.347
% Dívida líquida sobre patrimônio líquido	197%	314%

16.7.5 Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento diário do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	529	1.347	9	1.885
Debêntures	399	7.343	3.035	10.777
Instrumentos financeiros derivativos	(73)	(284)	288	(69)
Passivo de arrendamento	628	2.868	4.597	8.093
Fornecedores	5.942	-	-	5.942
Total	7.425	11.274	7.929	26.628

Os quadros foram preparados considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

16.8 Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de referência dos contratos era R\$1.888 (R\$309 em 31 de dezembro de 2020). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores (“*caps*”), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 48 / IFRS 9, a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

	Valor de referência		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Swap com contabilização de hedge				
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)	1.888	309	1.869	335
Posição ativa (comprada)				
Taxa pré-fixada	106	106	60	72
USD + Fixa	282	203	281	263
<i>Hedge</i> - CRI	1.500	-	1.528	-
Posição passiva (vendida)	(1.888)	(309)	(1.873)	(267)
Posição de <i>hedge</i> líquida	-	-	(4)	68

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo seu valor justo é de R\$4 (a receber R\$68 em 31 de dezembro de 2020), o ativo está registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” e o passivo em “Empréstimos e financiamentos”.

Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 resultaram em uma perda de R\$4, sendo apresentado na rubrica Custo da dívida nota nº 25 (ganho de R\$68 em 31 de dezembro de 2020).

16.8.1 Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa das operações, utilizando as curvas de CDI futuro disponibilizadas pela B3, acrescidas dos respectivos *spreads* das operações, e descontando-os ao valor presente, usando as mesmas curvas de CDI, divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais “versus” CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

16.9 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$6,17 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 11,40% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Transações	Nota	Risco (Aumento do CDI)	Valor Contábil	Saldo em 31/12/2021	Projeções de mercado		
					Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos e financiamentos	16.12.1	CDI + 1,94% a.a.	1.551	(1.499)	155	118	82
Contrato de swap de taxa pré-fixada (ponta passiva)	16.12.1	TR + 9,80% a.a.	(32)	(58)	(53)	(64)	(69)
Contrato de swap cambial (ponta passiva)	16.12.1	CDI + 1,25% a.a.	36	(291)	(58)	(49)	(63)
Debêntures	16.12.1	CDI + 1,48% a.a.	6.446	(6.523)	(1.163)	(1.378)	(1.593)
Efeito líquido (perda) total			8.001	(8.371)	(1.119)	(1.373)	(1.643)
Equivalentes de caixa	7	109,64%		2.550	252	316	379
Exposição líquida passiva				(5.821)	(867)	(1.057)	(1.264)

16.10 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 / IFRS 13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo.

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o "benchmarking" do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo		Nível
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e tickets de vendas	155	99	155	99	2
Swaps de taxa de juros entre moedas	(11)	57	(11)	57	2
Swaps de taxas de juros	4	11	4	11	2
Swaps de taxas de juros - CRI	3	-	3	-	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(341)	(335)	(341)	(335)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(7.656)	(7.496)	(7.372)	(6.529)	2
	(7.846)	(7.664)	(7.562)	(6.697)	

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os swaps de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)



16.11 Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém contratos de derivativos nas instituições financeiras Itaú BBA, Scotiabank e BR Partners.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de referência	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Dívida				
USD - BRL	USD 50	2021	-	57
USD - BRL	USD 50	2023	(11)	-
Dívida				
CRI - BRL	R\$ 1.500	2028 e 2031	3	-
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP				
Taxa pré-fixada x CDI	R\$ 54	2027	2	5
Taxa pré-fixada x CDI	R\$ 52	2027	2	6
Derivativos - Hedge de valor justo - Brasil			(4)	68

16.12 Empréstimos e financiamentos

16.12.1 Composição da dívida

	Taxa média ponderada	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,53% a.a.	194	1.864
Custo de captação		(14)	(24)
Total de debêntures e notas promissórias		180	1.840
Empréstimos e financiamentos			
Em moeda nacional			
Capital de giro	TR + 9,80%	14	12
Capital de giro	CDI + 2,33% a.a.	419	9
Custo de captação		(4)	(5)
Total moeda nacional		429	16
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	1	264
Total moeda estrangeira		1	264
Total de empréstimos e financiamentos		430	280
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de swap	CDI + 0,86% a.a.	(4)	(57)
Contratos de swap	CDI + 1,35% a.a.	3	-
Total instrumentos financeiros derivativos		(1)	(57)
Total circulante		609	2.063
Não circulante			
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,48% a.a.	6.329	4.780
Custo de captação		(63)	(21)
Total de debêntures e notas promissórias		6.266	4.759
Empréstimos e financiamentos			
Em moeda nacional			
Capital de giro	TR + 9,80%	47	60
Capital de giro	CDI + 1,74% a.a.	800	901
Custo de captação		(5)	(9)
Total moeda nacional		842	952
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	279	-
Total moeda estrangeira		279	-
Total de empréstimos e financiamentos		1.121	952
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de swap	CDI + 0,03% a.a.	(28)	(11)
Contratos de swap	CDI + 1,35% a.a.	33	-
Total instrumentos financeiros derivativos		5	(11)
Total não circulante		7.392	5.700
Total		8.001	7.763
Ativo circulante		4	57
Ativo não circulante		28	11
Passivo circulante		613	2.120
Passivo não circulante		7.420	5.711

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)



16.12.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.467
Captações	594
Provisão de juros	378
Contratos de swap	(60)
Variação cambial e monetária	57
Efeito de modificação de dívida IFRS 9	71
Custo de captação	42
Amortização de juros	(451)
Amortização de principal	(1.339)
Amortização de swap	4
Saldo em 31 de dezembro 2020	7.763

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.763
Captações	6.090
Provisão de juros	559
Contratos de swap	39
Marcação a mercado	31
Variação cambial e monetária	5
Efeito de modificação de dívida IFRS 9	(71)
Custo de captação	64
Amortização de juros	(406)
Amortização de principal	(6.075)
Amortização de swap	2
Saldo em 31 de dezembro 2021	8.001

16.12.3 Cronograma de vencimentos não circulantes

Vencimento	Valor
De 1 a 2 anos	1.648
De 2 a 3 anos	3.602
De 3 a 4 anos	802
De 4 a 5 anos	572
Após 5 anos	836
Total	7.460
Custo de captação	(68)
Total	7.392

16.13 Debêntures e notas promissórias

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31/12/2021	31/12/2020
				Emissão	Vencimento				
1ª Emissão de notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	05/07/2021	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	-	53
1ª Emissão de notas promissórias - 3ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	04/07/2022	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	57	53
1ª Emissão de notas promissórias - 4ª série	Sem preferência	250	5	04/07/2019	04/07/2023	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	281	267
1ª Emissão de notas promissórias - 5ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2024	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	225	214
1ª Emissão de notas promissórias - 6ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	225	213
1ª Emissão de debêntures - 2ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04/09/2019	20/08/2021	CDI + 2,34% a.a.	876	-	1.762
1ª Emissão de debêntures - 3ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04/09/2019	20/08/2022	CDI + 2,65% a.a.	1.009	-	2.033
1ª Emissão de debêntures - 4ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04/09/2019	20/08/2023	CDI + 3,00% a.a.	1.005	-	2.049
2ª Emissão de debêntures - 1ª série	Sem preferência	940.000	940.000	01/06/2021	20/05/2026	CDI + 1,70% a.a.	1.011	951	-
2ª Emissão de debêntures - 2ª série	Sem preferência	660.000	660.000	01/06/2021	22/05/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.012	668	-
2ª Emissão de notas promissórias - 1ª série	Sem preferência	1.250.000	940.000	27/08/2021	27/08/2024	CDI + 1,47% a.a.	1.368	1.285	-
2ª Emissão de notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	1.250.000	940.000	27/08/2021	27/02/2025	CDI + 1,53% a.a.	1.368	1.286	-
3ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	Sem preferência	982.526	982.526	15/10/2021	16/10/2028	IPCA + 5,15% a.a.	1.030	1.012	-
3ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	Sem preferência	517.474	517.474	15/10/2021	15/10/2031	IPCA + 5,27% a.a.	1.031	533	-
Custo de captação								(77)	(45)
								6.446	6.599
Circulante								180	1.840
Não circulante								6.266	4.759

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

16.14 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía empréstimos em moeda estrangeira para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

16.15 Garantias

A Companhia assinou nota promissória para o contrato de empréstimos junto ao Scotiabank no valor de USD50 milhões.

16.16 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos, taxas de juros pré-fixado e IPCA, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 31 de dezembro de 2021 foi de 4,40% (2,76% em 31 de dezembro de 2020).

16.17 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida consolidada/patrimônio líquido menor ou igual a 3,00 não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices. A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

17 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. A Companhia tem como política o provisionamento dos honorários sobre êxito. Nas notas explicativas são divulgados os valores envolvidos para as causas ainda não finalizadas e consideradas como êxito possível.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	143	61	36	240
Adições	27	40	30	97
Reversão	(2)	(41)	(16)	(59)
Pagamento	-	(4)	(4)	(8)
Atualização monetária	1	8	3	12
Saldo em 31 de dezembro de 2020	169	64	49	282
Depósito judicial	(62)	(60)	(1)	(123)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	107	4	48	159

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	169	64	49	282
Adições	39	44	8	91
Reversão	(106)	(23)	(10)	(139)
Pagamento	-	(21)	(28)	(49)
Atualização monetária	7	5	8	20
Saldo em 31 de dezembro de 2021	109	69	27	205
Depósito judicial	(65)	(45)	(2)	(112)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	44	24	25	93

17.1 Tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) IPI na revenda de produtos importados e (iv) demais assuntos.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 para esses assuntos é de R\$109 (R\$169 em 31 de dezembro de 2020).

17.2 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$69 (R\$64 em 31 de dezembro de 2020), referente ao potencial de risco de perda em relação as reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

17.3 Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

A Companhia ajuíza e responde a diversas ações cíveis e imobiliárias, revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos pela entidade. A Companhia constitui provisão da diferença entre os valores de aluguéis mensais pagos pelas lojas e os valores de aluguéis apurados em perícia judicial, considerando que é o valor do laudo pericial que servirá de base para a decisão judicial que alterará o valor do aluguel pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2021, o montante da provisão para essas ações é de R\$21 (R\$23 em 31 de dezembro de 2020), para as quais não há depósitos judiciais.

A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONS, INMETRO e Prefeituras). A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2021, o montante da provisão para essas ações é de R\$6 (R\$5 em 31 de dezembro de 2020).

O total das demandas cíveis, regulatórias e imobiliárias em 31 de dezembro de 2021 da Companhia é de R\$27 (R\$49 em 31 de dezembro de 2020).

17.4 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram classificadas pela Administração com assessoria dos seus advogados externos como possíveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R\$2.346 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.408 em 31 de dezembro de 2020), e são relacionadas principalmente a:

IRPJ, IRRF, CSLL - A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, glosa de amortização fiscal de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$478 em 31 de dezembro de 2021 (R\$466 em 31 de dezembro de 2020).

COFINS, PIS - A Companhia vem sendo questionada sobre divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$609 em 31 de dezembro de 2021 (R\$632 em 31 de dezembro de 2020).

ICMS - A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; e (ii) dentre outros. A soma dessas autuações totaliza R\$1.128 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.235 em 31 de dezembro de 2020), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.

ISS, IPTU, Taxas e outros - Referem-se às autuações de divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS - ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo montante é de R\$13 em 31 de dezembro de 2021 (R\$13 em 31 de dezembro de 2020) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

INSS - A Companhia foi autuada por divergências na Guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), compensações não homologadas, dentre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$56 em 31 de dezembro de 2021 (R\$21 em 31 de dezembro de 2020). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

Outras demandas judiciais - referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONS), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$47 em 31 de dezembro de 2021 (R\$24 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2021 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$15 (R\$17 em 31 de dezembro de 2020).

17.5 Garantias

A Companhia apresentou fianças bancárias e seguros garantia aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	Cartas de fiança
Tributários	630
Trabalhistas	98
Cíveis e outros	223
Total	951

O custo das garantias é aproximadamente 0,32% ao ano do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

17.6 Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia passou a requerer o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Em 15 de março de 2017, o STF reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS se deveria ser apenas o ICMS pago, ou se todo o ICMS destacado nas notas fiscais, o STF proferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS.

Desde a decisão do STF em 15 de março de 2017, os andamentos processuais estiveram dentro do antecipado por nossos assessores legais sem qualquer alteração no julgamento da administração. Em 2021, já com o trânsito em julgado favorável em suas ações, a Companhia registrou seu direito no montante de R\$216 (sendo R\$175 na receita líquida e R\$41 no resultado financeiro, decorrente de atualização monetária), vide nota nº 10.2.

17.7 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes as decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais.

Processos	31/12/2021	31/12/2020
Tributários	65	64
Trabalhistas	50	67
Cíveis e outras	4	3
Total	119	134

18 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

18.1 Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 20 anos.

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são registrados quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao direito de uso (notas nºs 13 e 14), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

18.2 Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$4.051 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.776 em 31 de dezembro de 2020). Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - Pagamentos mínimos		
Até 1 ano	244	172
De 1 a 5 anos	1.231	866
Mais de 5 anos	2.576	1.738
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	4.051	2.776
Encargos futuros de financiamento	4.042	2.478
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	8.093	5.254
PIS/COFINS embutido no valor presente dos contratos de arrendamento	246	169
PIS/COFINS embutido no valor bruto dos contratos de arrendamento	492	319

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota nº 25. A taxa de juros incremental da Companhia na data da assinatura dos contratos foi 10,53% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (9,72% em 31 de dezembro de 2020).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 4,42% (4,54% em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dos contratos considerados é de 15,34 anos.

18.3 Movimentação obrigações de arrendamento mercantil

	Valor
Em 31 de dezembro de 2019	1.885
Captação - Arrendamento	711
Remensuração	276
Provisão de juros	230
Amortizações	(327)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(4)
Aquisição de sociedade	9
Reorganização societária	(4)
Em 31 de dezembro de 2020	2.776
Circulante	172
Não circulante	2.604
	Valor
Em 31 de dezembro de 2020	2.776
Captação - Arrendamento	919
Remensuração	628
Provisão de juros	302
Amortizações	(468)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(106)
Em 31 de dezembro de 2021	4.051
Circulante	244
Não circulante	3.807

18.4 Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	31/12/2021	31/12/2020
(Despesas) receitas do exercício:		
Variáveis (1% das vendas)	(6)	(16)
Subarrendamentos (*)	31	22

(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

19 RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas são reconhecidas pela Companhia como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais, sendo reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço para os parceiros comerciais.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Sale and Leaseback	1.5	68	-
Back Lights (i)		233	186
Checkstand (ii)		41	29
Cartão presente e outros		2	2
Marketing		12	11
Total		<u>356</u>	<u>228</u>
Circulante		356	227
Não circulante		-	1

(i) Aluguéis de painel luminosos "back light".

(ii) Módulos para exposição de produtos "checkstand" dos seus fornecedores, aluguel de ponta de gôndola e antecipações de *front fee* com as operadoras de crédito.

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade do negócio da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

20.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.849	1.834
IRPJ e CSLL	(629)	(624)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Multas fiscais	(1)	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	16	71
Juros sobre capital próprio	22	105
Subvenção de ICMS - incentivos fiscais (i)	241	-
Créditos juros Selic (ii)	81	-
Créditos de atualizações monetárias	11	-
Benefícios fiscais	22	29
Outras diferenças permanentes	(2)	(16)
Imposto de renda efetivo	(239)	(436)
Imposto de renda e contribuição social do exercício		
Corrente	(366)	(704)
Diferido	127	268
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(239)	(436)
Taxa efetiva	12,9%	23,8%

(i) A Companhia possui benefícios fiscais que são caracterizados como subvenção para investimentos conforme previsto na Lei Complementar nº 160/17 e Lei nº 12.973/14. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL do valor constituído da reserva de incentivos fiscais, vide nota nº 21.4.

(ii) O crédito refere-se a decisão de repercussão geral do STF no qual entendeu que os juros SELIC advindos da repetição de indébito, possuem natureza de dano emergente. Sendo assim, não há incidência de IRPJ e CSLL sobre a parcela dos juros.

20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízos fiscais	167	-	167	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	59	-	59	81	-	81
Variação cambial	-	(7)	(7)	26	-	26
Amortização fiscal de ágio	-	(317)	(317)	-	(315)	(315)
Ajuste a marcação de mercado	1	-	1	-	(2)	(2)
Imobilizado e intangível	33	-	33	37	-	37
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(28)	(28)	-	(60)	(60)
Hedge fluxo de caixa	-	(26)	(26)	-	(20)	(20)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	150	-	150	131	-	131
Efeito de modificação de dívida - IFRS 9	-	-	-	24	-	24
Outros	13	-	13	16	-	16
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	423	(378)	45	315	(397)	(82)
Compensação	(378)	378	-	(315)	315	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	45	-	45	-	(82)	(82)

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Montante
Em 1 ano	26
De 1 a 2 anos	225
De 4 a 5 anos	5
Após 5 anos	167
	423

20.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	(82)	(395)
Benefícios no exercício	127	268
Reorganização societária	-	45
No final do exercício	45	(82)

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital social e direitos das ações

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$788 (R\$761 em 31 de dezembro de 2020), representado por 1.346.674.477 ações ordinárias (1.341.757.835 em 31 de dezembro de 2020), todas nominativas e sem valor nominal. Conforme o estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 2 bilhões de ações ordinárias.

Em 1º de junho de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no valor de R\$18, mediante a emissão de 544 mil ações ordinárias, considerando o desdobramento as ações emitidas totalizam 2.720 mil ações ordinárias.

Em 27 de julho de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no valor de R\$8, mediante a emissão de 404 mil ações ordinárias, considerando o desdobramento as ações emitidas totalizam 2.020 mil ações ordinárias.

Em 11 de agosto de 2021 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o desdobramento das 269.299.859 ações ordinárias, por meio do qual cada ação de emissão da Companhia foi desdobrada em 5 (cinco) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social atual, o qual passou a ser dividido em 1.346.499.295 ações ordinárias.

Em 7 de dezembro de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no valor de R\$1, mediante a emissão de 175 mil ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Acionistas controladores	557.857.105	41,42%	1.341.757.835	100,00%
Ações em circulação	788.817.372	58,58%	-	-
Total	1.346.674.477	100,00%	1.341.757.835	100,00%

21.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, considerando antecipações de juros sobre capital próprio (JSCP) aos seus acionistas, calculados conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	1.610	1.398
Reserva de incentivos fiscais (nota nº 21.4)	709	-
Base reserva legal	901	1.398
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício (nota nº 21.3)	5	5
Base dividendos	896	1.393
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	224	349
Pagamento JSCP - Líquido (i)	(56)	(264)
Dividendos propostos	168	85

(i) Em reunião do Conselho da Administração realizada em 30 de setembro de 2021 foi aprovado o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$63 sobre o qual foi efetuada a dedução do imposto retido na fonte no valor de R\$7, correspondendo ao valor líquido de R\$56.

Os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio e os dividendos distribuídos no exercício.

Os lucros líquidos ou prejuízos terão a destinação que lhes for determinada pelos acionistas, sendo que a distribuição, se houver, será feita na proporção estabelecida na ocasião.

21.3 Reserva de lucros

Reserva legal: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$157 (R\$152 em 31 de dezembro de 2020).

A reserva legal no valor de R\$5 em 31 de dezembro de 2021 (R\$5 em 31 de dezembro de 2020) foi constituída respeitando o limite de 20% do capital social da Companhia, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	1.610	1.398
Reserva de incentivos fiscais	709	-
Base reserva legal	901	1.398
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	5	5

21.4 Reserva de incentivos fiscais

Conforme embasamento legal mencionado na nota explicativa nº 20.1, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o montante de R\$709 à reserva de incentivos fiscais.

Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, a referida reserva de incentivos fiscais poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital. Dentro da mesma previsão legal, a reserva de incentivos fiscais e reserva legal, não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submetê-la à tributação em caso de distribuição.

21.5 Pagamento baseado em ações

21.5.1 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções de ações outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10 (R1) / (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia ou de sociedades de seu grupo econômico podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

A Companhia mensura os custos das transações de pessoas físicas elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversão de despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação do valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Plano de remuneração da Companhia

O plano de remuneração em opção de compra de ações (“Plano de Remuneração”) é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Remuneração (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “B”, seguida de um número. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B8 do Plano de Remuneração.

As opções concedidas a um participante em sua grande maioria não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga (“período de carência”), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga (“período de exercício”).

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Remuneração é correspondente a R\$0,01 (“preço de exercício”).

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Plano de opção da Companhia

O plano de opção de compra de ações (“Plano de Opção”) será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Opção.

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “C”, seguida de um número. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C8 do Plano de Opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série (“preço de exercício”).

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga (“período de carência”), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga (“período de exercício”), ressalvadas as exceções previstas no Plano de Remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de Opção e Plano de Remuneração da Companhia estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga (em reais)	31/12/2021		
				Quantidade de ações (em milhares)		
				Outorgadas	Canceladas	Vigentes
B8	31/05/2021	01/06/2024	0,01	363	(29)	334
C8	31/05/2021	01/06/2024	13,39	363	(29)	334
				<u>726</u>	<u>(58)</u>	<u>668</u>

21.5.2 Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações da Companhia

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 31 de dezembro de 2021 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2021 (em milhares)
Quantidade de ações	1.346.674
Saldo das séries outorgadas em vigor	668
Percentual máximo de diluição	0,05%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B8 e C8: (a) expectativa de dividendos de 1,28%; (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 37,96%; (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,66%; e (d) *exit rate* de aproximadamente 8,00%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de 29 meses. A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$17,21 e R\$7,69 (B8 e C8 respectivamente).

	Média ponderada do preço de exercício		Média ponderada do prazo contratual remanescente
	Ações	R\$	
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021			
Outorgadas durante o exercício	726	6,70	
Canceladas durante o exercício	(58)	6,70	
Em aberto no fim do exercício	668	6,70	2,42
Total a exercer em 31 de dezembro de 2021	668	6,70	2,42

O valor registrado no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2 (não há valor registrado em 31 de dezembro de 2020).

21.5.3 Plano de outorga de opções de compra de ações ordinárias vigentes - GPA

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga	31/12/2021				
				Quantidade de ações				
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Expiradas	Vigentes
B5	31/05/2018	31/05/2021	0,01	594	(528)	(49)	(17)	-
C5	31/05/2018	31/05/2021	15,42	594	(482)	(60)	(52)	-
B6	31/05/2019	31/05/2022	0,01	462	(129)	(33)	-	300
C6	31/05/2019	31/05/2022	17,39	359	(122)	(42)	-	195
B7	31/01/2021	31/05/2023	0,01	673	(103)	(23)	-	547
C7	31/01/2021	31/05/2023	12,60	497	(104)	(23)	-	370
				3.179	(1.468)	(230)	(69)	1.412

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B5 e C5: (a) expectativa de dividendos de 0,41%, (b) expectativa de volatilidade de 36,52% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,29%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B6 e C6: (a) expectativa de dividendos de 0,67%, (b) expectativa de volatilidade de 32,74% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,32%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B7 e C7: (a) expectativa de dividendos de 1,61%, (b) expectativa de volatilidade de 37,09% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 5,47%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de 1,06 (0,88 anos em 31 de dezembro de 2020). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$70,61 (R\$58,78 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação das ações acima se refere as ações do GPA e após a Cisão da Companhia, durante o período, certos executivos da Companhia mantêm remuneração em ações do GPA até a data de exercício das ações acima indicadas, se extinguido assim o plano do GPA para os executivos da Companhia, esses planos são contabilizados como despesa.

A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente
	Em milhares	R\$	
Total a exercer em 31 de dezembro de 2020	1.468	30,71	0,88
Em 31 de dezembro de 2021			
Outorgadas durante o exercício	1.225	22,37	
Canceladas durante o exercício	(54)	10,5	
Exercidas durante o exercício	(1.157)	7,65	
Expiradas durante o exercício	(70)	11,57	
Em aberto no fim do exercício	1.412	5,71	1,06
Total a exercer em 31 de dezembro de 2021	1.412	5,71	1,06

22 RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Receita

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia na venda de recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta		
Mercadorias	45.550	39.436
Prestação de serviços e outros	111	100
	45.661	39.536
(-) Deduções da receita		
Devoluções e cancelamento de vendas	(76)	(73)
Impostos	(3.687)	(3.420)
	(3.763)	(3.493)
Receita operacional líquida	41.898	36.043

23 DESPESAS POR NATUREZA

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e dos acordos comerciais recebidos de fornecedores, das movimentações nos estoques e dos custos de logística.

O acordo comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas de vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, entre outras.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de acordo comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)



	31/12/2021	31/12/2020
Custo com estoques	(34.163)	(29.641)
Despesas com pessoal	(2.512)	(2.135)
Serviços de terceiros	(251)	(224)
Despesas comerciais	(646)	(511)
Despesas funcionais	(664)	(600)
Outras despesas	(439)	(264)
	<u>(38.675)</u>	<u>(33.375)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(34.753)	(30.129)
Despesas com vendas	(3.334)	(2.811)
Despesas gerais e administrativas	(588)	(435)
	<u>(38.675)</u>	<u>(33.375)</u>

24 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadram na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento	12	(42)
Reversão (provisão) para demandas judiciais	9	(18)
Gastos com integração, reestruturação e outros (i)	(74)	(139)
Gastos com prevenção - COVID-19	-	(66)
Ativo indenizatório	-	168
Total	<u>(53)</u>	<u>(97)</u>

(i) Refere-se basicamente as despesas com a cisão e aquisição das lojas Extra Hiper com pagamentos de honorários advocatícios, avaliação dos imóveis e *due diligence*.

25 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	87	39
Atualizações monetárias ativas	93	299
Outras receitas financeiras	8	5
Total de receitas financeiras	<u>188</u>	<u>343</u>
Despesas financeiras		
Custo da dívida	(543)	(474)
Custo e desconto de recebíveis	(51)	(31)
Atualizações monetárias passivas	(13)	(11)
Juros sobre passivo de arrendamento	(292)	(219)
Outras despesas financeiras	(19)	(51)
Total de despesas financeiras	<u>(918)</u>	<u>(786)</u>
Total	<u>(730)</u>	<u>(443)</u>

26 LUCRO POR AÇÃO

A Companhia calcula o lucro básico por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Em 11 de agosto de 2021 foi aprovado, em AGE, o desdobramento das 269.299.859 (duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil e oitocentos e cinquenta e nove) ações ordinárias, por meio do qual cada ação de emissão da Companhia foi desdobrada em 5 (cinco) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social da Companhia, passando o capital social da Companhia dividido em 1.346.499.295 (um bilhão, trezentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e duzentos e noventa e cinco), todas nominativas e sem valor nominal. De acordo com a norma contábil CPC 41 / IAS 33 – Lucro por ação, os saldos de 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentados.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores da ação ordinária, em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31/12/2021	31/12/2020		
		Originalmente apresentado	Efeito do desdobramento	Reapresentado
Número básico:				
Lucro básico alocado e não distribuído	1.610	1.398	-	1.398
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	1.610	1.398	-	1.398
Denominador básico (milhões de ações)				
Média ponderada da quantidade de ações	1.344	268	1.072	1.340
Lucro básico por milhões de ações (R\$)	1,19802	5,21642		1,04328

	31/12/2021	31/12/2020		
		Originalmente apresentado	Efeito do desdobramento	Reapresentado
Número diluído:				
Lucro diluído alocado e não distribuído	1.610	1.398	-	1.398
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	1.610	1.398	-	1.398
Denominador diluído (milhões de ações)				
Média ponderada da quantidade de ações	1.344	268	1.072	1.340
Média ponderada de opção de compra de ações	11	-	-	-
Média ponderada diluída das ações	1.355	268	1.072	1.340
Lucro diluído por milhões de ações (R\$)	1,18852	5,21642		1,04328

27 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos na nota nº 13.5.
- Provisionamento de dividendos a receber na nota nº 12.

28 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Ativos não circulantes e grupos de ativos são classificados como mantidos para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, e o prazo estimado para que a venda seja concluída deve estar dentro de um ano.

Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

	31/12/2021
Sale and Leaseback (i)	147
Lojas Extra Hiper (ii)	403
	550

(i) Referem-se aos dois imóveis conforme detalhado na nota nº1.3.

(ii) Para os ativos imobilizados adquiridos dos 6 imóveis próprios do GPA, a Companhia tem como expectativa concretizar a venda desses ativos a determinado fundo imobiliário, sendo que tal alienação deverá ser concretizada até 30 de novembro de 2022, vide nota nº 1.4. Após a concretização da venda, a Companhia realizará o contrato de aluguel com o fundo imobiliário para operacionalização dos pontos comerciais.

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1 Captação da quarta emissão de debêntures

Em 7 de janeiro de 2022 houve a captação de recursos em relação a quarta emissão de debêntures não conversíveis, em série única, no valor de R\$2.000. Essas debêntures foram oferecidas no Brasil com esforços restritos na colocação, de acordo com a legislação brasileira. O recurso desta emissão de debêntures será utilizado para fins societários gerais, inclusive para reforçar a posição de caixa da Companhia. As debêntures da quarta emissão acumularão juros a uma taxa de CDI + 1,75% ao ano, e serão pagos semestralmente até o vencimento. O valor principal será pago em duas parcelas iguais, em 2026 e a outra em 2027.

29.2 Lojas Extra Hiper

Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia pagou o valor de R\$850 ao GPA referente aos pontos comerciais das lojas do Extra Hiper, conforme transação mencionada na nota nº 1.4.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia e o GPA concluíram a transferência do termo de posse de 35 imóveis (11 imóveis próprios do GPA e 24 imóveis de terceiros), localizados nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. Com essa transferência a Companhia detêm a posse de 55 dos 70 imóveis envolvidos na operação, e espera concluir o processo de transferência dos 15 imóveis restantes até o fim do primeiro trimestre de 2022.

29.3 Captação de notas comerciais

Em 10 de fevereiro de 2022, houve a captação de recursos através da 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor de R\$750. O recurso desta emissão será destinado para usos gerais, inclusive para reforçar a posição de caixa da Companhia. As notas comerciais acumularão juros a uma taxa de CDI + 1,70% ao ano, que serão pagos semestralmente até o vencimento. O valor principal será liquidado em parcela única no final do contrato de três anos (2025).

Relatório do Conselho Fiscal de Sendas Distribuidora

O Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo com os deveres estatutários e legais, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e emitiu, por maioria, parecer favorável à sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022.

Tufi Daher - Presidente
Eduardo Flores – Conselheiro
Rafael Morsch -Conselheiro

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2021

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) da Sendas Distribuidora S.A. (Companhia) é um órgão de funcionamento permanente, instituído, em atendimento ao estabelecido no Estatuto Social da Companhia, na reunião do Conselho de Administração de 14 de janeiro de 2021, na qual foi aprovado seu Regimento Interno.

O COAUD reporta-se ao Conselho de Administração, com autonomia e independência no exercício de suas funções, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do COAUD são desempenhadas em cumprimento às atribuições regulamentares aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento.

Compete ao COAUD, basicamente, avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente, supervisionar atividades de auditoria interna e avaliar a eficácia dos controles internos e de gestão de riscos da Companhia, assim como as demais atividades previstas na regulamentação da CVM e no seu Regimento. As avaliações e atuação do COAUD baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Companhia e dos seus auditores, a Ernst & Young Auditores Independentes (EY).

O COAUD dirigiu sua atuação na revisão das informações trimestrais e das demonstrações financeiras anuais, e discutiu, com a administração e com a EY, os temas mais relevantes, como os principais assuntos de auditoria e sistemas de controles internos.

O COAUD acompanhou, analisou e avaliou, como principais temas, os trabalhos da Companhia quanto a: (i) implementação e vigência das práticas de controles internos e atendimento aos principais requisitos da Lei Sarbanes Oxley; (ii) avaliação de riscos e provisionamentos ou divulgações de contingências fiscais e outras, e respectivas garantias e depósitos judiciais; (iii) programa de trabalho e relatórios da Auditoria Interna; (iv) desempenho das práticas de Gestão de Riscos da Cia.; e (v) práticas de *Compliance*.

Conclusão

O COAUD, observado o escopo de sua atuação, e considerando o relatório sem ressalvas dos auditores independentes, entende que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Sendas Distribuidora S.A.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

L. Nelson Carvalho
Coordenador

José Flávio Ramos

Heraldo Oliveira

Christophe Hidalgo

Philippe Alarcon

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores de **SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.057.223/0001-71, com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Companhia”), abaixo designados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2022.

Belmiro de Figueiredo Gomes

Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa

Diretora Administrativa Financeira

Gabrielle Castelo Branco Helú

Diretora de Relações com Investidores